PROTECIONISMO AO CONTRÁRIO DA RETÓRICA LIBERAL, AS POLÍTICAS INDUSTRIAIS E A DEFESA DA PRODUÇÃO INTERNA ESTÃO EM ALTA NO MUNDO

UE MESMO DIVIDIDA, A EXTREMA-DIREITA AMPLIARÁ SEU PODER NO PARLAMENTO EUROPEU, INDICAM AS PESQUISAS. PIOR PARA OS IMIGRANTES E O MEIO AMBIENTE

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

PEDAGOGIA DO COTURNO

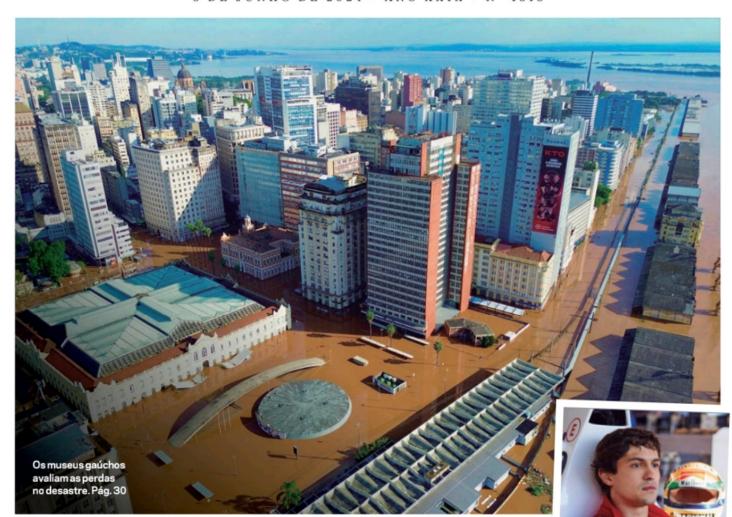
CABIDE DE EMPREGO DE PMS E OFICIAIS DA RESERVA, AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES SÃO UMA FALSA SOLUÇÃO PARA OS DESAFIOS DO ENSINO NO PAÍS

ANO XXIX Nº 1313 R$ 31,90
5 DE JUNHO DE 2024
9 771809 669002 01313

FENAE

CartaCapital

5 DE JUNHO DE 2024 • ANO XXIX • Nº 1313

Os museus gaúchos avaliam as perdas no desastre. Pág. 30

6 A SEMANA

9 MARIA RITA KEHL

Seu País

18 ENERGIA Sob críticas de ambientalistas, o governo planeja a conclusão da usina nuclear de Angra 3

22 *E-COMMERCE* A taxação do comércio eletrônico internacional movimenta os bastidores do Congresso

26 SÃO PAULO Programa de pós-doutorado para pesquisadores negros da USP corre risco de não ser renovado

29 PEDRO SERRANO

Capa: Pilar Velloso. Foto: iStockphoto

30 RIO GRANDE DO SUL As inundações também devastaram o patrimônio histórico e a vida cultural

Economia

32 INFLAÇÃO A meta de 3% ao ano não tem base na economia e impõe sacrifícios ao País

36 ANÁLISE No capitalismo, a Madame Financeirização é uma figura onipresente

Nosso Mundo

40 EUROPA A extrema--direita chega dividida na reta final da campanha para o Parlamento da UE

42 ÁFRICA DO SUL O CNA, partido de Nelson Mandela, sofre o desgaste de 30 anos no poder

46 *GREENWASHING* A imagem do bilionário Jeff Bezos como protetor do meio ambiente sofre forte abalo

10 CABEÇAS DE PAPEL
AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES SÃO UMA FALSA SOLUÇÃO PARA OS DESAFIOS DO ENSINO NO PAÍS

Plural

48 O QUE ESTÁ EM JOGO?
DOIS PROJETOS DE LEI PARA REGULAR OS SERVIÇOS DE VÍDEO POR DEMANDA ENTRAM EM UMA CORRIDA NO CONGRESSO

50 CINEMA Sidney Magal em versão morna

52 LIVROS A Rússia depois da Revolução

54 THE OBSERVER Jornalista demonstra as habilidades sensoriais de diversos animais

57 AFONSINHO 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

GUSTAVO GARRINO/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE E NETFLIX

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Omilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE NEGÓCIOS: Henrique Rogatto
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: **http://Atendimento.CartaCapital.com.br**
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

A HORA DA VERDADE

Excelente reportagem, uma espécie de "imagem tomográfica" das investigações que podem resultar na condenação de Jair Bolsonaro.
Williams Cantanhede

Só acredito na prisão de Bolsonaro no dia que acontecer. Há tantos outros crimes mais graves cometidos por ele durante a pandemia, e nada aconteceu.
Maria Celeste

COSTAS LARGAS

Se sofrer boicote financeiro e não receber mais armas, em uma semana o governo de Israel cai. Fora do poder, Netanyahu terá muito a responder na justiça.
Zeca Freitas

BEDÉIS DE LUXO

O governador paulista abre uma escola cívico-militar com orçamento turbinado e depois irá propagandear que ela é boa por ser militar. Tem inocente que acredita. Desafio Tarcísio de Freitas a aplicar, nas escolas públicas, a mesma verba destinada aos colégios militarizados para ver o que acontece.
Cleber Coutinho

CADEIRA ELÉTRICA

Que olhar macabro o de Cláudio Castro na foto da reportagem. Imagine se deparar, em uma viela da Rocinha, com esses olhos às 6 da manhã.
Jose Maria da Silva

UM MORTO-VIVO NO SENADO

O 7 a 0 no Tribunal Superior Eleitoral parece revelar um "acordão" para livrar Moro da cassação. Consequência: a perda de credibilidade do Poder Judiciário, que diminui a cada dia e pode ser irrecuperável com a não condenação criminal de Bolsonaro, Augusto Heleno, Braga Neto e outros.
Maria Lídia

NAUFRAGADOS NO DESCASO

A tática vitimista do prefeito de Porto Alegre, de não se responsabilizar pela falta de manutenção nas comportas e nos motores, a despeito dos numerosos alertas, não pode prosperar. Colocar a culpa nas vítimas por ocuparem áreas de risco e dizer que outros municípios deveriam ser investigados não tira a sua responsabilidade pela negligência e pelo descaso. Se até os estádios do Internacional e do Grêmio inundaram, por que os mais pobres teriam que ser os culpados, na visão de Melo? Como um bom negacionista e bolsonarista, o prefeito de Porto Alegre foge de suas obrigações.
Paulo Sérgio Cordeiro

PREVENIR PARA NÃO REMEDIAR

A emergência climática no Rio Grande do Sul aconteceu estando na Presidência da República uma pessoa que trabalha, tem amor pelo povo e está presente o tempo todo. Daí as prontas e efetivas providências adotadas pelo governo federal para minorar a situação. Imagino como teria sido caso estivesse no seu lugar um governante negacionista e preguiçoso, que em vez de marcar presença, estivesse em outras regiões do País passeando de *jet ski*, e, quando perguntado sobre a tragédia, respondesse: "Não sou coveiro".
Sylvio Belém

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Cores da violência

Em dez anos, disparos de armas de fogo em vias públicas mataram quatro vezes mais negros que brancos no Brasil. De 2012 a 2022, ao menos 149,7 mil homens pretos e pardos foram assassinados nesse contexto. Nesse mesmo período, os óbitos de homens brancos somaram 38,2 mil. Os dados constam no *Boletim Saúde da População Negra*, divulgado na segunda-feira 27 pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) e pelo Instituto Çarê. Entre as mulheres, também se constatou maior vitimização da população negra, mais que o dobro da verificada entre as brasileiras brancas.

São Paulo/ Botão "liga e desliga"

Novas câmeras vão permitir que o policial escolha quando iniciar gravação

Concebidas para coletar provas contra suspeitos, mas também para fiscalizar a atividade policial, as câmeras corporais da PM de São Paulo passarão a ter um botão de "liga e desliga", que permitirá ao policial decidir quando iniciar a gravação. Ao anunciar a aquisição de 12 mil novos equipamentos com essa funcionalidade, o governo paulista justificou que o registro ininterrupto de imagens traz elevados custos de armazenamento, além de "comprometer severamente a privacidade" dos agentes em serviço.

Na segunda-feira 27, a Defensoria Pública de São Paulo encaminhou uma petição ao Supremo Tribunal Federal, solicitando mudanças no edital da Secretaria de Segurança Pública. Na peça, a defensora Fernanda Balera, coordenadora do núcleo de Direitos Humanos do órgão, observa que as mortes em intervenções policiais despencaram após a instalação das câmeras que não poderiam ser desligadas em momento algum. "É justamente a partir dessa mudança que se começa a observar a queda nos índices de letalidade."

Na campanha eleitoral, Tarcísio de Freitas prometeu retirar as câmeras das fardas da PM paulista. Com a repercussão negativa da proposta, decidiu manter o programa, mas cortou os investimentos para sua expansão. Agora, finalmente, anuncia a compra de novos equipamentos, mas com o dispositivo que permite ao policial desligar o aparelho, embora ele seja formalmente obrigado a gravar todas as ocorrências. "É uma farsa", reagiu o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida. "Essa medida privilegia os maus policiais, aqueles que não respeitam a lei e fazem uso excessivo da força."

O exitoso programa é boicotado pelo governador Tarcísio de Freitas

Rio de Janeiro/ "ERA UMA SOCIEDADE"

RONNIE LESSA MATOU MARIELLE POR PROMESSA DE CHEFIAR NOVA MILÍCIA

O sicário animou-se com a oferta de um loteamento clandestino

Em sua delação, Ronnie Lessa revelou a tentadora proposta que recebeu para matar a vereadora Marielle Franco em 2018. Segundo o sicário, Domingos Brazão, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão, ofereceram a ele e a um de seus comparsas, o ex-policial militar Edimilson de Oliveira, conhecido como Macalé, um loteamento clandestino na Zona Oeste do Rio.

"Era muito dinheiro envolvido. Na época, daria mais de 20 milhões de dólares", disse à Polícia Federal. "Eu não fui contratado para matar Marielle como um assassino de aluguel. Fui chamado para uma sociedade." Registrado em vídeo, esse trecho do depoimento foi exibido pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, no domingo 26. Para Lessa, a proposta representava a oportunidade de liderar uma nova milícia, que teria como base territorial o loteamento clandestino prometido pelos irmãos Brazão.

Rio de Janeiro/ Jogo viciado

Delator aponta Romário e Marcos Braz em esquema de corrupção

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam o senador Romário e o vereador Marcos Braz, também vice-presidente do Flamengo, por envolvimento em suposto esquema de desvio de recursos de projetos de esportes da Prefeitura do Rio de Janeiro. Iniciada com base na delação do empresário Marcus Vinícius Azevedo da Silva, a investigação apura indícios de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Sob sigilo, o inquérito está sob a relatoria do ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal.

Preso em 2019 pela Operação Catarata, Silva assinou um acordo de colaboração com a Procuradoria-Geral da República no ano seguinte. Segundo o delator, houve desvios em contratos da prefeitura com o Centro Brasileiro de Ações Sociais para Cidadania (Cebrac), celebrados por Braz quando ele esteve à frente da Secretaria Municipal de Esportes. A ONG teria recebido ao menos 13 milhões de reais para a gestão de vilas olímpicas.

Apontado como responsável pela nomeação de Braz na administração municipal e como possível beneficiário do esquema, Romário afirmou ao portal UOL, o primeiro a noticiar o caso, que "não responde pelas ações do secretário no exercício de suas funções", além de negar qualquer enriquecimento ilícito. Já Braz preferiu não se manifestar. Ambos são filiados ao PL do Rio.

A dupla é acusada de desviar recursos públicos de projetos de esporte

Apelação negada

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, rejeitou um recurso extraordinário apresentado pela defesa de Jair Bolsonaro e de Walter Braga Netto contra decisão da Corte que os declarou inelegíveis por abuso de poder político e econômico. A apelação está relacionada ao processo em que foram acusados de usar as celebrações do 7 de Setembro como palanque eleitoral. Antes disso, o ex-presidente já havia sido condenado à inelegibilidade por reunir embaixadores no Palácio da Alvorada para atacar o processo eleitoral e espalhar *fake news* sobre as urnas eletrônicas. Neste caso, contudo, Braga Netto foi absolvido. Moraes deixará o comando TSE em 3 de junho, quando será substituído por Cármen Lúcia.

Ensino superior/ "RESPIRANDO POR APARELHOS"

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFRJ PEDE SOCORRO AO GOVERNO LULA

Em carta aberta, o Conselho Universitário da UFRJ pediu socorro ao governo federal para se recuperar de uma prolongada crise financeira, agravada pelos numerosos cortes orçamentários que sofre desde 2013. "Sucessivas reitorias têm feito o esforço monumental de manter a universidade aberta no contexto de um processo inexorável de degradação de sua infraestrutura, mas estamos respirando por aparelhos."

Centenária, a UFRJ é a maior universidade federal do Brasil, com cerca de 65 mil estudantes e mais de 4 mil professores. A instituição deve encerrar 2024 com um déficit de 380 milhões de reais, estima a Pró-reitoria de Finanças. O valor supera em 97 milhões o orçamento de custeio para este ano, de 283 milhões. O Conselho reconhece que o governo Lula iniciou um processo de recomposição orçamentária da rede federal de ensino, mas enfatizou que, no caso da UFRJ, ele "está muito aquém das necessidades e nem de longe cobre o passivo dos últimos anos".

Após a publicação da carta, os alunos da UFRJ aprovaram uma greve prevista para começar em 11 de junho. Eles reivindicam a recomposição do orçamento da universidade, reajuste salarial para os seus trabalhadores e um plano nacional de assistência estudantil.

A universidade deve encerrar 2024 com déficit de 380 milhões de reais

SINTUFRJ, ALEXANDRE VIDAL/FLAMENGO, PEDRO FRANÇA/AG. SENADO, REDES SOCIAIS E PMSP/GOVSP

A Semana

Desastre geológico

Uma avalanche deixou ao menos 2 mil soterrados em Papua-Nova Guiné, informou o Centro Nacional de Desastres no país. O gigantesco deslizamento de terra pegou moradores da província de Enga, a 600 quilômetros da capital Port Moresby, desprevenidos na madrugada da sexta-feira 24. Vilarejos inteiros foram varridos do mapa, ao menos 150 casas foram sepultadas. Na terça-feira 28, a ONU informou serem remotas as chances de encontrar sobreviventes. "Não é uma missão de resgate, é uma missão recuperação", lamentou Niels Kraaier, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para o país da Oceania, localizado ao norte da Austrália.

Um bombardeio israelense matou ao menos 45 civis em acampamento de refugiados

EYAD BABA/AFP

Gaza/ "Trágico acidente"

O mundo assiste inerte a mais um massacre promovido por Netanyahu

Em evidente afronta à decisão da Corte Internacional de Justiça que ordenou a suspensão da ofensiva militar em Rafah dias antes, Israel bombardeou a cidade palestina no domingo 26, provocando a morte de ao menos 45 pessoas em um acampamento de refugiados. Os alvos, segundo o governo israelense, eram dois líderes do Hamas, mas um "acidente trágico", nas palavras do *premier* Benjamin Netanyahu, provocou um incêndio de grandes proporções nas tendas que abrigavam civis no bairro de Tel Al-Sultan. Ao menos metade das vítimas eram crianças, mulheres e idosos.

As cenas do acampamento consumido pelas chamas e do desesperado socorro prestado pelo Crescente Vermelho a vítimas mutiladas ou com graves queimaduras pelo corpo escandalizaram o mundo. "Indignado com os ataques israelenses que mataram muitos refugiados em Rafah", afirmou o presidente francês, Emmanuel Macron. "Não há lugar seguro em Gaza. Este horror deve parar", acrescentou António Guterres, secretário-geral da ONU.

O chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell, disse estar "horrorizado com as notícias vindas de Rafah sobre os ataques israelenses que mataram dezenas de pessoas deslocadas". O governo brasileiro também repudiou o bombardeio. "Essa nova tragédia demonstra o efeito devastador sobre civis de qualquer ação militar israelense em Rafah, conforme manifestações e apelos unânimes da comunidade internacional, e diante dos deslocamentos forçados por Israel, que concentraram centenas de milhares de refugiados, em condições de absoluta precariedade, naquela localidade".

Indiferente aos apelos por um cessar-fogo, Netanyahu mantém a ofensiva na cidade palestina e não demonstra qualquer constrangimento de violar repetidamente o direito internacional. Pudera. O governo dos EUA, principal aliado e fornecedor de armas de Tel Aviv, continua a lavar as mãos diante da carnificina. "Israel tem o direito de perseguir o Hamas. (...) Mas deve tomar todas as precauções possíveis para proteger os civis", disse um porta-voz da Casa Branca. Enquanto isso, os "trágicos acidentes" se sucedem.

MARIA RITA KEHL
Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo

A massificação da mentira

▶ **Instrumento de vingança dos covardes e ressentidos, a calúnia tornou-se ainda mais nociva na era de sua reprodutibilidade técnica***

O desastre climático no Rio Grande do Sul, que causou 163 mortes e deixou quase 600 mil desalojados até a conclusão desta coluna, revelou-se ainda mais doloroso para as vítimas sobreviventes a partir do momento em que pessoas, com interesses escusos (às vezes, até para elas próprias), passaram a divulgar notícias falsas em meio à tragédia. A prática existia muito antes de voltar americanizada. Até o advento da terra sem lei das redes sociais, as mentiras, inocentes ou arrasadoras, tinham alcance menor e nomes singelos. Chamávamos de lorotas, tramoias ou traição os truques baixos dos que inventavam e faziam circular fofocas maldosas contra seus desafetos.

A calúnia era considerada uma forma de traição. Ainda que de contágio muito mais lento do que na era do WhatsApp, a propagação de boatos ou fofocas dependia de que outras pessoas acreditassem nelas e passassem adiante, boca a boca. Mesmo assim, a briga ou desavença resultantes da fofoca era um evento privado restrito a um pequeno círculo de conhecidos. Lembro-me de um aforismo do saudoso Plínio Marcos, sempre provocador: "Se é mentira, espalha logo, antes que desmintam". Mas seu objetivo era desmoralizar os milicos do golpe de 1964.

Já o dispositivo da "viralização" das *fake news* tem alcance muito maior e mais destrutivo por conta do alcance das redes sociais. O leitor deve estar se perguntando: o que as fofocas têm a ver com as *fake news*? Ambas são instrumentos da vingança dos covardes e ressentidos. Filha legítima do bolsonarismo, uma mentira viralizada nas redes pode arrasar reputações.

Quem não se lembra do surto de calúnias bolsonaristas ante a perspectiva de vacinação para deter a propagação da Covid? Em vez de se engajar na campanha para mitigar os danos da crise sanitária (como fez Lula na tragédia gaúcha), o chefe da nação mentiu sobre a eficácia das vacinas e fez *lives* debochando da falta de ar dos pacientes que corriam risco de morrer.

Do outro lado da torrente de notícias falsas, estão suas vítimas. Não deixa de se sentir um pouco paranoica a pessoa que se torna alvo de uma fofoca. Já perceberam que o desmentido tem muito menos prestígio do que a falsa acusação? O desmentido não contém elementos de escândalo, o que faz com que muito menos pessoas se interessem por ele.

Penso que a satisfação de quem inventa e espalha notícias falsas é a contrapartida dos medíocres, que não conseguem criar nada que seja relevante. Sua retaliação – *Contra quem? Quem é o culpado da insignificância alheia?* – é assistir, ou ao menos imaginar, o estrago provocado pela notícia mentirosa contra alguém. A motivação de quem inventa mentiras contra outros envolve elementos de mediocridade, covardia e ressentimento. Tipo um Bolsonaro da vida.

Mas existem notícias falsas que não têm por objetivo destruir a reputação de uma pessoa específica, visam a destruição da confiança dos brasileiros no laço social. O semeador de mentiras busca desmoralizar aquilo que nos faz sentir pertencente a um País, um modo de vida, uma esfera de pensamento. Imagino que os medíocres que propagam *fake news* pensem: se eu sofro, sou capaz de fazer vocês sofrerem mais. Suas notícias falsas circulam numa terra sem lei. A terra dos covardes anônimos.

Por fim: o psicanalista francês Jacques Lacan dizia que não acreditava em pessoas, mas em dispositivos. Um dispositivo perverso, por exemplo, pervertia os canalhas e, ao mesmo tempo, muitas pessoas "de bem". Esse é o poder maléfico da prática de disseminação de fatos inventados.

P.S.: Deu na *Folha*: "TSE multa Flávio, Zambelli e outros bolsonaristas por associar Lula a satanismo". É uma *fake news* tão ruim que talvez nem gere apoiadores, mas vai saber... Os ressentidos topam tudo para se vingarem. •

redacao@cartacapital.com.br

**Na chamada desta coluna, tomo emprestado o conceito formulado por Walter Benjamin, da Escola de Frankfurt, pioneiro nos estudos que apontam as armadilhas da cultura de massa.*

BAPTISTÃO

Cabeças de papel

EM EXPANSÃO NO PAÍS, AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES SÃO CARAS, INEFICIENTES E PARECEM SERVIR APENAS PARA INFLAR A RENDA DE OFICIAIS DA RESERVA

por FABÍOLA MENDONÇA

Na Constituição de 1988, não existe menção alguma sobre a atuação dos militares na política educacional brasileira. Essa ausência também se observa no Plano Nacional de Educação (Lei 13005/2014), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996) e no Estatuto dos Militares (Lei 6880/1980). Ainda assim, o Brasil tem 42 colégios militares, administrados diretamente pelo Exército, pela Marinha ou pela Aeronáutica, e quase mil escolas cívico-militares em funcionamento, modelo híbrido em ascensão no País e que tem gerado intensa celeuma e disputa ideológica.

Recentemente, o governador paulista Tarcísio de Freitas conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa, em uma sessão marcada por violenta repressão policial aos estudantes que protestavam contra a iniciativa, seu projeto para implantar cem escolas cívico-militares no estado. Um número ínfimo diante de um universo de mais de 5 mil unidades da rede pública paulista, mas o suficiente para acalentar sua estridente base bolsonarista.

São Paulo é um dos últimos estados a aderir ao modelo. No Paraná, já existem 312 escolas cívico-militares, que atendem mais de 190 mil estudantes. No *ranking* nacional, destacam-se ainda Goiás e Bahia, que contam, respectivamente, com 124 e 121 colégios com essa formatação. Com exceção de Sergipe, todas as unidades da federação possuem escolas militarizadas, sejam administradas pelos governos estaduais ou pelas prefeituras. De nada adiantou a debandada da União.

OS COLÉGIOS DO EXÉRCITO TÊM UM CUSTO POR ALUNO TRÊS VEZES MAIOR QUE O DAS ESCOLAS PÚBLICAS CONVENCIONAIS

Em julho do ano passado, o governo federal revogou o Decreto 10.004/2019, assinado por Jair Bolsonaro, que instituía o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, o Pecim. A decisão provocou reação imediata dos governadores bolsonaristas, que ameaçaram dar continuidade ao programa em nível estadual, promessa que vem sendo cumprida desde então.

Policiais militares, do Corpo de Bombeiros e até da Guarda Metropolitana, a maioria da reserva, são recrutados para assumirem função de apoio disciplinar e até para participar da gestão desses colégios. Além do soldo, recebem generosas gratificações, em valores muitas vezes superiores aos salários dos próprios professores. Em Goiás, os militares estão presentes no apoio disciplinar, nas áreas administrativa e pedagógica, e na direção escolar. Antes mesmo da revogação do Pecim, o governador Ronaldo Caiado, do União Brasil, anunciou que o Estado iria assumir as seis escolas cívico-militares do programa nacional, agregando as unidades aos 70 Colégios Estaduais da Polícia Militar existentes desde 1998. "Não muda

LUCAS FERMIN/SEED/GOVPR

Mais de 190 mil estudantes paranaenses frequentam as escolas militarizadas por Ratinho Jr., sempre disposto a agradar o eleitorado bolsonarista

nada. Esse processo já foi decidido por nós, porque sabemos da eficiência e o quanto o colégio militar tem trazido de resultados no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)", disse Caiado, um dos cotados pela extrema-direita para disputar a Presidência da República em 2026.

Como pano de fundo para camuflar o caráter ideológico da militarização na educação, os adeptos da modalidade falam em maior segurança à comunidade escolar e usam o falacioso argumento de que as escolas geridas pelas Forças Armadas têm melhor desempenho, motivo pelo qual o modelo deveria ser replicado na educação básica regular. De fato, os colégios administrados diretamente pelo Exército, 15 em todo o País, apresentam um desempenho superior ao das escolas públicas regulares, mas esse resultado está bem aquém da performance dos institutos federais e de instituições de ensino vinculadas a universidades. No Enem 2023, para citar um emblemático exemplo, apenas quatro escolas públicas tiveram alunos com nota máxima em Redação e nenhuma delas era militarizada.

"Se a vontade do propositor do Pecim fosse, de fato, a busca por modelos de gestão eficiente ou excelente para inspirar as escolas públicas regulares, o modelo de gestão das escolas de aplicação (geridas por instituições de ensino superior) deveria ser priorizado, ao invés do modelo de gestão dos colégios militares", diz trecho da nota técnica assinada pelo Ministério da Educação que embasou o fim do Pecim.

Acabar com o programa nacional de escolas cívico-militares é visto, por especialistas, como um gesto meramente simbólico do governo federal, que não fez esforço algum para deter o avanço desse modelo escolar nos estados e municípios. Um gesto, aliás, que terminou estimulando a militarização na educação em várias localidades, tamanha a polarização ideológica que gira em torno do tema. A extinção do Pecim representou apenas o fim dos repasses do MEC para os colégios militarizados.

"Criar modalidade educativa é uma competência exclusiva da União, porque passa por lei nacional. Estados e municípios não podem militarizar escola", aponta a pesquisadora Catarina de Almeida Santos, professora da UnB e coordenadora da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização na Educação, lembrando a existência de uma Ação de Inconstitucionalidade parada no STF a tratar especificamente o caso do Paraná. O relator do caso é o ministro Dias Toffoli. Professor da UFABC, o pesquisador Salomão Ximenes acusa o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação de serem omissos, por não se posicionarem sobre a inconstitucionalidade e a incompatibilidade das escolas cívico-militares com as diretrizes de base da educação brasileira. Ele também cobra do presidente Lula a revogação do Decreto 88.777, assinado por Bolsonaro, que regulamenta o papel das Forças Armadas e tem dado sustentação para as várias iniciativas nos estados e municípios que insistem nesse modelo.

"Os militares não têm, entre suas funções, atuação em instituições educacionais. Então, além de ocuparem o papel de profissionais da educação que estão regulados na LDB, eles atuariam em desvio de função. O decreto de Bolsonaro contorna essa vedação, incluindo, dentre as atribuições das Forças Armadas e das forças auxiliares nos estados, a atuação em escolas. Se revogar o decreto, Lula retiraria a base jurídica que justifica a presença de militares nas escolas", diz Ximenes, acrescentando que já existe um parecer da Advocacia-Geral da União contrário à militarização da educação pública.

Miriam Fábia Alves, professora da UFG e presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, também cobra um posicionamento do governo federal sobre o avanço desse modelo escolar. "Os colégios cívico-militares descumprem um conjunto de princípios da educação brasileira assegurados na le-

PRIORIDADE PARA QUEM?

Investimento por aluno na educação básica pública (em dólares)

1. Luxemburgo • 26.370
2. Suíça • 17.333
3. Bélgica • 16.501
4. Áustria • 16.144
5. Noruega • 15.551
6. Estados Unidos • 15.194
7. Islândia • 15.163
8. Coreia • 14.525
9. Suécia • 14.093
10. Dinamarca • 13.162
11. Austrália • 12.416
12. Finlândia • 12.366
13. Holanda • 12.312
14. Canadá • 12.260
15. Reino Unido • 12.064
16. Itália • 11.178
17. Espanha • 10.819
18. Portugal • 10.643
19. Rep. Checa • 10.616
20. Irlanda • 9.910
21. Eslovênia • 9.572
22. Estônia • 9.265
23. Israel • 8.865
24. N. Zelândia • 8.808
25. Polônia • 8.457
26. Lituânia • 8.168
27. Eslováquia • 8.132
28. Letônia • 7.400
29. Croácia • 7.307
30. Grécia • 7.021
31. Chile • 6.774
32. Hungria • 6.586
33. Bulgária • 5.820
34. Romênia • 5.129
35. Costa Rica • 4.958
36. Colômbia • 4.269
37. Argentina • 3.975
38. Turquia • 3.607
39. **BRASIL** • 3.583
40. África do Sul • 3.085
41. México • 2.702

Fonte: Education at a Glance 2023/OCDE

gislação, como a gestão democrática, a liberdade para ensinar e para aprender e a diversidade pedagógica. Os militares impõem uma lógica da caserna, do quartel dentro da escola, um problema grave que a gente precisa enfrentar. O governo federal deveria ter uma posição mais incisiva em relação a esse retrocesso", lamenta a pesquisadora, chamando atenção para a falta de transparência sobre essas escolas, já que nem os próprios estudiosos conseguem ter acesso aos dados.

O discurso de que colocar militares no interior dos colégios vai reduzir a violência é outra falácia apontada pelos especialistas. São incontáveis os relatos de *bullying*, de agressão e de assédio moral e sexual nos colégios militarizados. "O confronto entre aquilo que os estudantes fazem e aquilo que os agentes de segurança querem que façam, via de regra, gera muitos conflitos. Dizer que os estudantes só podem ficar na escola se bater continência, se cantar o Hino Nacional, se cortar o cabelo, se vestir tal roupa, se usar tal maquiagem, se tiver o brinco de tal tamanho, isso por si só já é uma violência", salienta Santos. "A educação, por natureza, é a área da horizontalidade, da pergunta, do diálogo. Quando você militariza a escola, não cabe dúvida, só cabe obediência à regra estabelecida hierarquicamente."

RETROCESSO EM MARCHA

Estados com o maior número de escolas cívico-militares (2023)

Fonte: Levantamento feito por Fernando Cássio, professor da Faculdade de Educação da USP, e Catarina de Almeida Santos, da UnB

Para Fernando Cássio, professor da Faculdade de Educação da USP, integrante da Rede Escola Pública e Universidade e do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a militarização na educação fere de morte um dos preceitos daquilo que a escola pública tem de mais importante: a diversidade. "A escola pública é o lugar onde as pessoas aprendem a ter uma vida pública e a militarização ela vai na direção da formatação dos corpos: os meninos se vestem de uma certa forma, as meninas de outra, o cabelo é assim, a bijuteria é assado. São normas e formas de conduta que impedem os debates sobre gravidez na adolescência, sexualidade, gênero, raça, ditadura. Enfim, impede o desenvolvimento da criticidade e da inovação pedagógica. Não tem benefício. No fim das contas, vemos apenas prefeitos, governadores e secretários fazendo um aceno para suas bases eleitorais, preparando um terreno para 2026."

Além de atacar o princípio da gestão democrática, a militarização das escolas ofende a dignidade humana, por impor uma lógica autoritária, acrescenta Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Profissionais em Educação (CNTE). "A segurança que defendemos tem a escola pública como patrimônio do público, onde a comunidade está inserida, a escola como um instrumento de espaço coletivo, de pertencimento público. Isso é que garante a segurança na escola. Portanto, o argumento de que militarizar vai dar mais segurança é falso, tem outras intenções por trás", alerta o dirigente. "Não

REGINA ASSIS

queremos estudantes com medo ou sendo disciplinados por imposição, mas por respeito e por formação cidadã."

Autor do *Dicionário de História Militar do Brasil*, Francisco Teixeira, docente da UFRJ e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, também condena a participação militar na política educacional. "A noção de disciplina proposta pelas escolas cívico-militares é hierárquica de obediência. Pode ser que tenha alguma função numa tropa, mas uma classe de alunos não funciona como uma tropa. A obediência imediata, o silêncio, o 'sim, senhor' e 'não, senhor', a marcha, a ordem unida não são elementos de formação cidadã", salienta. "Estamos vendo nesse momento a extrema violência da Polícia Militar de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas Gerais. Ora, é essa Polícia Militar que a gente quer que eduque nossos filhos, nossos netos? É isso que está sendo proposto?"

O jornalista Dioclécio Luz, autor do livro *A Escola do Medo: Vigilância, Repressão e Humilhação nas Escolas Militares*, em entrevista ao *podcast Educação em Destaque*, também chama atenção para o processo violento que representa a militarização nas escolas. "A polícia não resolve disciplina. Ela impõe um regime cruel e ilegal. O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que nenhum menor pode ser submetido a um sistema de crueldade e humilhação. Vemos também a agressão aos jovens da periferia. É isso que tem lá dentro. Se Darcy Ribeiro e Paulo Freire fossem vivos, teriam um ataque do coração com essas escolas", opina Luz. Em um vídeo publicado no *site* do governo do Paraná, um militar grita e os estudantes são obrigados a repetir uma insólita canção: "Faço parte de uma escola/que tem fibra e moral/disciplina elevada/uma escola sensacional". Segundo Vanda Santana, do sindicato dos professores no estado, "a matriz curricular foi alterada para incluir Cidadania e Civismo como componentes na grade."

NO ENEM 2023, SÓ QUATRO ESCOLAS PÚBLICAS TIVERAM ALUNOS COM NOTA MÁXIMA EM REDAÇÃO. NENHUMA DELAS ERA MILITARIZADA

Além de ferir preceitos pedagógicos e não ter amparo no marco legal da educação pública, o colégio cívico-militar tem um custo bem mais alto que o da escola regular. O investimento anual por aluno da educação básica na área urbana gira em torno de 6 mil reais, enquanto um estudante de um colégio do Exército é três vezes maior, chega a 19 mil reais. Em relação às escolas cívico-militares geridas por estados e municípios não é possível fazer uma média do valor, porque cada ente público adota um método diferente. Os pesquisadores são, porém, unânimes em afirmar que elas são ineficientes e pesam demais nos cofres públicos, considerando os custos com as gratificações dos militares contratados e com reformas necessárias em algumas escolas para receber a militarização. Na época do Pecim, a gratificação do militares variava entre 6 mil e 9 mil reais, uma média que deve se repetir nos estados. Pelo projeto do governador Tarcísio de Freitas em São Paulo, os policiais recrutados podem receber até 6 mil reais por 40 horas semanais de trabalho, valor 13% superior ao salário dos professores estaduais. O piso nacional dos professores é de 4,5 mil reais.

Em um relatório sobre educação divulgado em 2023 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil aparece como o terceiro pior de uma lista de 42 países, à frente apenas do México e da África do Sul. O documento mostra que o País investe anualmente por aluno 3,5 mil dólares, considerando todos os investimentos públicos na educação, divididos pela quantidade de matrículas do ensino fundamental até o médio. Os especialistas são unânimes neste ponto: não há mágica possível com um investimento tão baixo. Se deseja melhorar a qualidade de ensino, será preciso aplicar mais recursos na educação pública. •

A repressão aos estudantes marcou a aprovação do projeto paulista de escolas cívico-militares

LUCAS MARTINS @LUCASPORTO01

Desta linha de montagem sairão Pazzuelos, não Einsteins

Escola não é quartel

CUMPRIR ORDENS, OBEDECER DE FORMA CEGA, VAI NA CONTRAMÃO DAS EXIGÊNCIAS DA VIDA MODERNA

por CESAR CALLEGARI E CLARA CECCHINI*

TONINHO TAVARES/AG. BRASÍLIA

Educação e repressão não combinam. As cenas de violência da Polícia Militar contra estudantes que protestavam durante a aprovação da lei instituindo o programa de escolas militarizadas no estado de São Paulo revelam um mau começo e um fim preocupante para essa iniciativa. Policiais espancando e prendendo jovens em pleno exercício do direito de manifestar sua opinião é algo intolerável em qualquer tempo ou lugar, muito menos numa Casa de Leis – e jamais no ambiente educacional.

A lei, proposta pelo governador Tarcísio de Freitas, foi aprovada pela Assembleia Legislativa em 21 de maio. Prevê a presença de policiais militares da re-

serva em escolas públicas para cuidar de temas relacionados à disciplina, organização, segurança e de programas extracurriculares, sobretudo aqueles voltados ao civismo e aos valores da família tradicional e da pátria. Dados levantados pela RePME, a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização na Educação, em cooperação com outras entidades, mostram que no Brasil existem cerca de 834 escolas estaduais e municipais funcionando nesse modelo que ganhou um grande impulso no governo Jair Bolsonaro com a instituição do Pecim, o programa de escolas cívico-militares. Com o início do governo Lula, o programa foi acertadamente descontinuado.

Ainda falta uma avaliação mais completa sobre os resultados desse tipo de organização escolar que, aliás, tem sido implementado por alguns estados e municípios há mais tempo, inclusive por administrações do campo progressista. Não há evidências de que a militarização do ensino influencie positivamente o desempenho dos alunos. Além disso, esse formato não tem amparo legal em nenhum dos dispositivos que regem a educação brasileira.

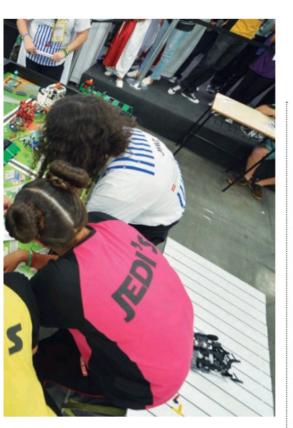
Embora haja um amplo consenso contra o modelo cívico-militar entre educadores e especialistas que estudam o tema, é espantoso que a ideia goze da simpatia de muitas famílias e até de alguns professores. Espantoso, mas compreensível: com dificuldades de assegurar um adequado suporte educacional doméstico e diante de um cenário cada vez mais grave de violência e desinformação, alguns pais e responsáveis acreditam que a escola precisa ser mais rigorosa e "colocar os meninos na linha". Da mesma forma, alguns professores, obrigados a lecionar para classes superlotadas e sem condições mínimas para a realização de seu trabalho, acreditam que um regime disciplinar mais rígido e punitivo lhes poderia facilitar a vida. O que muitos não se dão conta é que a presença de agentes policiais na organização escolar contamina as bases do ambiente educacional com outro tipo de cultura, com outros valores, na contramão de tudo o que se deseja e se espera de uma educação emancipatória para a cidadania contemporânea.

Policiais são treinados para a contenção e para a repressão. São o braço do Estado para o uso da força. Sua visão de organização é a tropa, onde não se admite a divergência e se preconiza a obediência cega no cumprimento de ordens. Escolas e seus profissionais, ao contrário, existem para expandir horizontes, proporcionar experimentações, estimular questionamentos, fomentar a criatividade e o espírito crítico. A forma de ver o mundo aprendida na escola passa a fazer parte da vida presente e futura dos estudantes e da comunidade. A educação pública é um espaço de construção de projeto de sociedade, e dar as boas-vindas à polícia denota uma escolha que vai muito além da solução de questões práticas do cotidiano escolar. É uma escolha retrógrada, não apenas no campo dos valores, e absolutamente anacrônica em relação ao que os estudantes encontrarão na sua trajetória cidadã e na sua vida profissional.

Além de ser incompatível à aspiração de uma educação para a cidadania, a defesa da visão militar nas escolas pelo argumento da preparação para o mundo do trabalho é insustentável. As discussões atuais sobre cultura organizacional e competências profissionais questionam a própria noção de eficiência como regra máxima, bem como a estrutura mecanicista das relações de trabalho

BOAS ESCOLAS FORMAM REBELDES COM CAUSA. E ISSO É BOM

e das organizações. Com todo o avanço tecnológico, o lugar do trabalho humano está em transformação. Mas é sabido que para o profissional de hoje e do futuro, não basta seguir o manual, cumprir ordens, obedecer. É preciso questionar o *status quo* e criar novas formas de trabalhar – nas organizações públicas e pri-

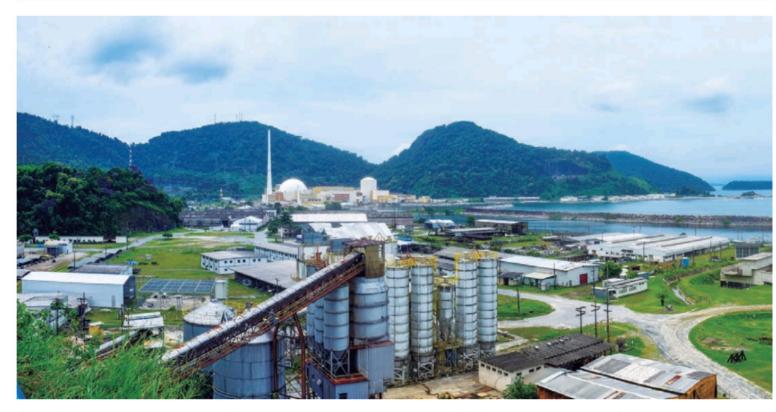
Aulas de Artes e Ciências são mais eficazes para introjetar valores como cooperação, limites e criatividades

vadas. Até mesmo empresas tradicionais investem recursos e energia para incorporar nas suas culturas a abertura ao erro, a segurança psicológica, a vulnerabilidade e a empatia. Menos hierarquia, menos comando e controle, mais ousadia e criatividade. Não porque é bom ou bonito, mas porque é essencial para a sua sobrevivência neste período de transição tecnológica. Algumas organizações perceberam que, para construir o novo, precisam de um ambiente que acolha o não saber, a dúvida e crie dinâmicas de colaboração efetiva na diversidade – a antítese da visão militar.

Urgência ainda maior é a revisão das atuais bases de produção e consumo, que levaram a humanidade à situação calamitosa de destruição do planeta. Todas as gerações, as vivas e as futuras, lidarão com as consequências de um modelo exploratório, nocivo para natureza e para os indivíduos. Nos próximos anos, será necessário fortalecer uma forma mais solidária de viver juntos, defender os direitos humanos e lutar contra a degradação ambiental. Serão necessários novos hábitos, novos desejos e novos parâmetros de desenvolvimento. Uma reinvenção completa da sociedade, para a qual são indispensáveis a imaginação e a energia da juventude. Portanto, é absurdo permitir que a educação se molde à lógica de uma instituição fundamentada na existência da violência e do conflito. Cooperação, visão sistêmica e compromisso coletivo não se prestam a palavras de ordem, precisam ser vivenciados genuinamente para serem incorporados à forma de viver. Vivenciados desde a escola.

Disciplina e segurança não dependem de hierarquia e obediência. Não é assim. Reduzir a disciplina escolar à visão militarista tira dos estudantes a oportunidade de desenvolver seu verdadeiro sentido. É na interação entre as crianças e jovens, e deles com seus professores e com a comunidade, que se constrói o clima de segurança e respeito coletivo – e não pela repressão. Professores bem-preparados e em condições de trabalho adequadas são capazes de encantar seus alunos, fomentar o entusiasmo em aprender. Assim, a busca do aprimoramento pessoal ganha sentido. A disciplina pela adesão consciente, e não pelo medo. Escolas mais seguras são aquelas onde impera a gestão democrática e participativa, permeável ao contexto e às questões reais da comunidade. Com liberdade e responsabilidade na manifestação de ideias, crenças, argumentos, corpos e sentimentos.

Um ambiente de aprendizado ditado pelos valores do militarismo pode ter consequências nefastas sobre a forma como cada estudante estabelece sua relação com o aprendizado ao longo da vida. O caminho é outro. Professores de Ciências e de Matemática forjam a curiosidade, o pensamento analítico, e ensinam que a dúvida e o erro fazem parte da construção do conhecimento. Nas aulas de artes e de educação física se desenvolvem as potências criativas, de cooperação, bem como as noções de limites e possibilidades individuais e coletivas. É nas aulas de Sociologia, História, Filosofia, Geografia e Literatura que professores – e não soldados – ajudam a formar o pensamento crítico e a consciência sobre sociedade, país, nação e pátria. Nesse conjunto articulado, estão as oportunidades de desenvolvimento das habilidades necessárias ao presente e ao futuro.

Enfim, escola é, e deve continuar a ser, um campo de liberdade onde professores e seus alunos não podem ser tratados como tropa marchando em ordem unida. Boas escolas formam rebeldes com causa. E isso é bom. •

**Cesar Callegari é sociólogo. Foi secretário de Educação Básica do MEC (governo Dilma), secretário da Educação da Cidade de São Paulo (gestão Haddad) e integrante do Conselho Nacional de Educação. Clara Cecchini é especialista em cultura e aprendizagem organizacional. Coautora do livro* Aprendiz Ágil *(Arquipélago Editorial, 2020) e fundadora do Clube da Escrita CC.*

Esqueleto no litoral

ENERGIA Sob críticas de ambientalistas, o governo planeja a conclusão da usina nuclear de Angra 3, obra iniciada pela ditadura

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Em 1984, quando as expressões mudanças climáticas e aquecimento global ainda não faziam parte do léxico dos ambientalistas, quase ninguém sabia onde raios ficava Chernobyl, mas os protestos contra as usinas nucleares mobilizavam os "avós" de Greta Thunberg, e a ditadura brasileira anunciou a construção de Angra 3. Quarenta anos depois, a terceira e última unidade do projeto militar de domínio da tecnologia, não passa de um esqueleto abandonado em um icônico trecho do litoral fluminense. Não por muito tempo, promete o governo. Em 24 de maio, a Eletronuclear encerrou a consulta pública prévia ao lançamento do edital de conclusão da obra, ideia abortada em 2015 por interferência da Operação Lava Jato.

Embora o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirme que Brasília "ainda não tem posição formada" a respeito da retomada de Angra 3, o processo está em andamento em diferentes setores. Em elaboração pelo BNDES, a modelagem técnica, financeira e jurídica do projeto será concluída até julho, segundo a Eletronuclear. Em seguida, a documentação seguirá para a Empresa de Pesquisa Energética e passará pela homologação do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Política Energética. "Esperamos que isso ocorra até setembro deste ano. Aí, teremos o caminho aberto para a licitação pública ocorrer até o fim do primeiro semestre de 2025, com a retomada das obras no segundo semestre", projeta Raul Lycurgo, presidente da estatal.

A conclusão das obras e a ativação da usina não são consensuais entre os especialistas. "Não sei por que a opção por Angra 3 se há outras fontes de energia reno-

SAULO CRUZ/MME

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 22

Proteção. O Brasil segue outras nações e impõe sobretaxas a diversos itens da balança comercial

vável que custam a metade", afirma Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobras e professor da USP. A conta é mesmo salgada. Apenas a manutenção da usina como está, parada e com 65% das obras terminadas, subtraiu até o momento 8,5 bilhões de reais aos cofres públicos. A projeção dos custos para concluí-la e colocar o reator em funcionamento em 2030, como deseja o governo, varia de 15 bilhões a 20 bilhões de reais. A usina tem capacidade instalada para gerar anualmente 12 milhões de megawatts-hora, suficientes para abastecer 5 milhões de residências. Parece razoável, mas o ponto, como lembra Sauer, é a existência de alternativas melhores e mais baratas. "Houve avanço tecnológico. Soluções de energia eólica e fotovoltaica são uma alternativa de geração de eletricidade que produz tanta energia quanto Angra 3, com benefício energético até um pouco maior, e vão custar a metade."

Um dos pioneiros da discussão nuclear no Brasil nos anos 1970 e hoje contrário à retomada de Angra 3, Sauer aponta dois outros fatores. Um deles é a própria tecnologia a ser utilizada. "Trata-se de um

Impasse. Desativar o complexo custaria quase tanto quanto terminar a estrutura e colocar os reatores em funcionamento. O projeto consumiu até agora 8,5 bilhões de reais

Não. Como nos anos 1970, os jovens rejeitam a operação de usinas nucleares, em desuso em vários países

TOMAZ SILVA/ABR, RICARDO BOTELHO/MME E ISTOCKPHOTO

projeto de concepção que era muito avançado há 50 anos", resume. Atualmente, ressalta, as novas usinas têm outras soluções, sobretudo em termos de segurança. "Busca-se agora aquelas que não dependem de bombas elétricas para resfriar o reator, o problema em Fukushima". O engenheiro lamenta que, do ponto de vista tecnológico, o País pouco vai aprender a construir, montar e operar um novo reator, além do que se aprendeu com Angra 1 e Angra 2. "É melhor montar o Reator Multipropósito Brasileiro, projeto da Marinha em Iperó, cujo investimento está na ordem de 1,5 bilhão a 2 bilhões de reais. Traria ganhos enormes de qualificação, treinamento de mão de obra e preservação dessa capacitação, gerando benefícios para a sociedade, em termos de pesquisas e desenvolvimento na medicina, na agricultura, e, acima de tudo, na produção de radioisótopos."

O terceiro ponto apontado por Sauer é o que mais preocupa os ambientalistas. "Angra 3, assim como as outras, vai deixar como herança material radioativo e elementos irradiados que exigirão cuidados. Se houver reprocessamento, estarão neutralizados em três séculos. Se não houver, em dois milênios", afirma o acadêmico, com base em cálculos sobre a meia-vida de cada elemento. Para Sylvia Chada, integrante da coordenação colegiada da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, entidade que acompanha a questão nuclear na região de Angra dos Reis há décadas, os defensores da obra pegam carona no discurso de transição energética. "Agora inventaram que energia nuclear é limpa. Como pode ser limpa uma forma de energia que gera um rejeito que precisa ser cuidado por gerações e gerações? Para além do risco nuclear, se coloca uma questão ética. Que direito temos de deixar para as gerações futuras a responsabilidade de cuidar de um lixo nuclear por centenas de anos?".

Dirigente do Grupo Ambientalista da Bahia e integrante da Articulação Antinuclear Brasileira, Renato Cunha lembra que esse tipo de energia envolve muitos riscos: "Há radiação no funcionamento da cadeia nuclear como um todo, que começa na exploração do urânio, vai para a geração de energia nas usinas e depois vira o lixo atômico resultante dessa produção". Nem o Brasil, nem o mundo, afir-

ma, precisam correr o risco. "A geração de energia nuclear deve ser abandonada o mais rápido possível para termos uma transição energética confiável e justa, que atenda aos interesses da população."

A proposta ao governo da Articulação Antinuclear, acrescenta Cunha, é desativar de vez Angra 3 e reavaliar a manutenção das duas usinas em funcionamento. "E também não viabilizar mais a mineração de urânio prevista. A geração renovável das fontes eólica e solar deve ser incentivada, com todos os cuidados ambientais, para minimizar a emissão de gases de efeito estufa." Segundo Chada, retomar Angra 3 é insistir em um erro do passado, "um erro que custou bilhões à sociedade. E que vai continuar a sangrar recursos públicos. Hoje, tanto retomar Angra 3 quanto abandonar a obra representa um gasto muito grande de dinheiro que poderia ser direcionado para o investimento em outras formas de geração de energia que realmente caminhem em direção a uma transição energética."

Há, porém, os entusiastas da construção. Em nota, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro afirma que a conclusão da usina é fundamental para o avanço da geração de energia nuclear e da segurança energética do País. "A construção da usina pode gerar 9 mil empregos diretos e indiretos e estimular investimentos nos municípios da região de Angra dos Reis", diz o texto. Presidente da Frente Parlamentar Nuclear, o deputado federal Júlio Lopes, do PP, afirma ser "um contrassenso" não retomar as obras: "A conclusão da usina gira em torno de 20 bilhões de reais e o investimento para desativá-la seria de 15 bilhões".

Para especialistas, trata-se de um projeto ultrapassado e cercado de riscos

Liderados por Lopes, deputados e senadores do Rio de Janeiro, em sua maioria de oposição ao governo federal, têm procurado o ministro Silveira para defender a conclusão de Angra 3. O apoio à retomada das obras vem até de parlamentares do PT. "Precisamos avançar na construção de Angra 3, compreendendo e discutindo com a sociedade que energia nuclear é energia limpa e que para o Rio ela é importantíssima porque significa desenvolvimento com retomada de emprego para o nosso estado", defende o deputado federal Reimont. O petista rejeita, porém, a inclusão de um sócio privado na gestão da usina, possibilidade prevista nos estudos em elaboração pelo BNDES. "Energia é estratégico, portanto, quanto mais ela estiver na mão do Estado, melhor. Energia, assim como a água ou a terra, não pode ser vendida, tem de ser partilhada. O Estado tem a responsabilidade de fazer com que a energia chegue à casa dos cidadãos."

Segundo o BNDES, a modelagem técnica, financeira e jurídica do projeto não prevê a entrada de um novo sócio. "O modelo conceitual aprovado prevê um contrato de EPC para a conclusão das obras de implantação da usina e a captação de recursos por meio de novos financiamentos bancários e emissão de títulos de dívida para fazer frente aos investimentos remanescentes, bem como repagar as dívidas preexistentes". O passivo existente em Angra 3, informa o banco de investimento, "será quitado por meio da captação de novos recursos, os quais serão amortizados após a entrada da usina em operação comercial". O BNDES acrescenta que a Lei 14.120, de 2021, define que "o preço da energia a ser comercializada pela usina deverá considerar a viabilidade econômico-financeira do empreendimento e seu financiamento em condições de mercado".

No governo, as maiores resistências partem da Casa Civil e do Ministério do Meio Ambiente. Em conversa com jornalistas no fim de abril, Silveira afirmou que o governo só tomará uma decisão após a conclusão dos estudos do BNDES. "Nenhuma decisão será motivo de comemoração porque fazer tem um custo elevado e não fazer também. O assunto deverá ser pautado na próxima reunião do CNPE." •

Visões. O ministro Silveira fala em cautela. Lycurgo, da Eletronuclear, tem data: 2030

De olho no quintal

POLÍTICA INDUSTRIAL Como outros países, o Brasil avança nas medidas de proteção às empresas aqui instaladas

POR ANDRÉ BARROCAL

As importações de pequeno valor por pessoas físicas cresceram exponencialmente em dez anos. De 800 milhões de dólares em 2013, menos de 1% das compras externas totais, para 13 bilhões em 2022, ou 4,4%, nível similar ao acumulado de janeiro a novembro de 2023, conforme o Banco Central. O motivo foi a popularização de *sites* chineses de comércio como Aliexpress, Shein e Shopee, no embalo da isenção de impostos nas remessas internacionais de até 50 dólares. Em janeiro, as confederações da indústria, CNI, e do comércio, CNC, foram ao Supremo Tribunal Federal tentar derrubar a isenção, sob a alegação de que os dois setores sofrem concorrência desleal. O governo havia ensaiado propor a taxação das remessas em 2023, mas a reação negativa na opinião pública, estimulada pelo bolsonarismo, levou Lula a não aderir aos planos da equipe econômica. A disposição atual do presidente era vetar a taxação, caso o Congresso a aprovasse.

O *lobby* patronal foi tão forte que na antevéspera do feriado os deputados aprovaram 20% de imposto de importação sobre as remessas, sem dar bola para eventuais impactos na classe política nas eleições municipais de outubro. Um dia depois, o da conclusão desta reportagem, o Senado examinaria a taxação e a tendência era confirmá-la. Coube ao presidente da Câmara, Arthur Lira, abraçar o *lobby* e bancar a tributação, mesmo após ter se sentado com Lula e ouvido a disposição do mandatário de vetá-la. Nos dias anteriores, Lira citava uma pesquisa segundo a qual os beneficiados pela isenção são as classes A e B. E decidira: deputado ausente do plenário em 27 e 28 de maio teria corte salarial.

A taxação das remessas pegou carona numa proposta do governo também destinada a proteger empresas sediadas no Brasil. Sob o carimbo de "política industrial", a medida foi baixada em dezembro de 2023 em favor da produção de carros elétricos, turbinas de usinas eólicas e painéis solares de geração de energia. Satanizada pelos liberais do "mercado" e da mídia, a política industrial é objeto de uma "onda" global liderada pelos países mais ricos e governos direitistas. É o que diz o Fundo Monetário Internacional. A "onda" tem provocado tensões entre os Estados Unidos e a Europa, de um lado, e a China, do outro, novela cujos capítulos recentes têm em primeiro plano os carros elétricos e o aço.

Dweck: um eventual gasto maior nas compras governamentais é compensado pela arrecadação

Essas duas áreas são alvos de iniciativas de política industrial no governo Lula, e a próxima será a de informática, diz Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, do Ministério do Desenvolvimento. Vem aí, ainda neste ano, um redesenho amplo do Padis, de apoio às fábricas de semicondutores. O programa nasceu em 2007, segunda gestão Lula, com incentivo a pesquisas e inovações. Pelas regras atuais, acaba em 2026. Paralelamente a sua reformulação e perenização, o governo negocia a aprovação de uma nova Lei de Informática, que expira em 2029. "Fora da China, o Brasil é um dos maiores ecossistemas da indústria de eletroeletrônicos do mundo", afirma Moreira.

Ao dar incentivos, o governo espera que o empresariado invista, gere produção e empregos internamente. No caso do apoio à siderurgia e à fabricação de carros elétricos e ao "esverdeamento" das montadoras tradicionais, deu certo. As fabricantes de veículos anunciaram mais de 100 bilhões de reais em investimentos, favorecidas pelo Mover, programa criado em dezembro e aprovado pelos deputados na antevéspera do feriado. Os parlamentares aproveitaram o ensejo para taxar as re-

Após a taxação dos importados, as siderúrgicas anunciaram novos investimentos

ISTOCKPHOTO E ADALBERTO MARQUES/MGI

messas internacionais de até 50 dólares.

Com o "Mover, o governo voltará a cobrar impostos sobre carros elétricos importados. O tributo de 35%, extinto em 2015, será retomado de forma gradual até 2026. Idem para automóveis "híbridos" (funcionam com eletricidade e combustível) e caminhões elétricos. Com o dinheiro da taxação, bolada estimada em 19 bilhões de reais, o governo financiará o "esverdeamento" das montadoras. No caso da siderurgia, o governo aumentou, em fevereiro e abril, o imposto de importação de vários produtos. Na primeira vez, as alíquotas de 10% a 14% passaram para entre 12% e 16%. Na segunda, subiram de um teto de 12% para 25%. Como resposta, em 20 de maio as siderúrgicas anunciaram, em Brasília, investimentos de 100 bilhões de reais até 2028. A ociosidade estava alta, cerca de 37%, por conta da concorrência dos importados. As medidas para siderúrgicas e montadoras, diz Moreira, "são instrumentos de garantia de demanda", o que explica os investimentos.

A última iniciativa do governo em favor

O próximo setor a merecer uma política de incentivo é o da informática

da produção nacional beneficia fabricantes de ônibus, trens e metrôs. Estes poderão ter preços até 10% acima da concorrência estrangeira e, ainda assim, vencerem licitações. Foi o que aprovou, em 23 de maio, em sua primeira reunião, a Comissão Interministerial de Compras Públicas. A comissão nasceu em janeiro, com o programa Nova Indústria Brasil, símbolo da política industrial lulista. Caberá a ela definir como usar o poder de compras federais para incentivar empresas instaladas no País. Essas compras equivalem a 20% do PIB, diz a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, "volume gigantesco de recursos", segundo ela. "Esse instrumento é essencial para o desenvolvimento produtivo e tecnológico, o mundo inteiro usa", afirma a ministra. Os EUA, compara, valem-se de tal expediente desde 1933, graças a uma lei batizada de Buy American Act.

A chamada margem de preferência de 10% nas licitações tem como base uma lei de 2021, a 14.133. Era até então, aliás, de 25%, por obra de Lula no último ano do segundo mandato. No caso de quem investiu em inovação a partir de pesquisas no Brasil, serão mais 10% de preferência, ou seja, a empresa poderá cobrar nas licitações até 20% acima do preço dos competidores. Aos liberais que atacam iniciativas do gênero e falam em falta de verba federal para bancá-las, Dweck explica: cálculos de sua equipe mostram que pagar mais caro numa licitação será compensado por tributos cobrados nos negócios que as empresas favorecidas pela margem de preferência irão gerar. "Vamos ter ganho fiscal, mas o objetivo é fomentar emprego e renda no Brasil. A indústria garante emprego de qualidade, a nossa desindustrialização foi precoce."

"Política industrial" está na moda no mundo, constata o Fundo Monetário Internacional. Em 2023, o FMI criou um observatório para coletar informações a respeito. Identificou 2.580 medidas em

Os deputados pegaram carona na aprovação do incentivo às montadoras instaladas no País para taxar o comércio *online*. O presidente Lula promete vetar a cobrança, fonte de desgaste popular

Lucchesi: não podemos mais nos submeter à "hegemonia financeira estéril"

MARDÔNIO VIEIRA/CNI, ARQUIVO/AG. CÂMARA E BYD GLOBAL

75 países responsáveis por 94% do PIB global. Divulgou neste ano um estudo com as conclusões. Intitula-se *O Retorno da Política Industrial em Dados*. Há uma "recente onda" de política industrial e "governos mais inclinados para a direita" têm tendência maior a adotar medidas, descreve o documento. O fenômeno possui três explicações: baixo crescimento econômico, transição energética e corrida tecnológica. À frente, as economias mais ricas. EUA, China e União Europeia são o berço de 48% das iniciativas. Nas economias avançadas, as medidas mais comuns são subsídios a produtores locais, preferências em compras públicas, apoio a exportações, barreiras às importações e controle de investimentos em áreas estratégicas. Nas menos, subsídios, barreiras e preferências.

Os ministros da Fazenda e presidentes dos Bancos Centrais dos países do G7, grupo das sete maiores economias do mundo (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido), reuniram-se de 23 a 24 de maio na Itália e, na declaração final, citaram a "China" e "política industrial" logo no terceiro parágrafo de um total de 47. Sinal das tensões no ar. "Expressamos preocupações sobre o uso abrangente de políticas e práticas não mercadológicas pela China", salienta o texto. Os signatários se declaram dispostos a "responder a práticas nocivas". "Encorajamos esforços" internacionais de mapear e monitorar "dados sobre política industrial", prossegue o documento, e "apoiamos" estudos sobre o "impacto macroeconômico dos subsídios e outras medidas de política industrial e comercial".

Nos últimos dias, o governo Biden anunciou várias medidas protecionistas contra Pequim. A partir de meados de junho, voltam a pagar imposto de importação centenas de produtos chineses, como motores, equipamentos médicos, mochilas, cadeiras para crianças e até caranguejo. A taxação de carros elétricos vai quadruplicar, para 100%. Ao menos 18 bilhões de dólares em vendas de produtos chineses nos EUA serão tributados, nas contas da Casa Branca. A China reagiu e mostrou-se pronta para aumentar de 15% para 25% o imposto sobre os carros elétricos norte-americanos e europeus. No último caso, é uma ameaça preventiva. Em setembro de 2023, a União Europeia abriu uma investigação sobre subsídios chineses a veículos elétricos. Em março, o bloco informou ter provas dos subsídios e começou a registrar todas as vendas de carros chineses em sua jurisdição, gesto que coloca essas compras ao alcance de retaliações retroativas.

Há uma disputa crescente dos EUA e Europa contra a China

"Estamos num momento em que cada vez mais a agenda protecionista é clara. Acabou essa lógica de OMC (Organização Mundial do Comércio)", diz Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI. Palavras suas na reunião de 23 de maio da Comissão Interministerial de Compras Públicas. Para Lucchesi, o governo acerta ao adotar medidas de política industrial. O período em que o País mais enriqueceu, afirmou, teve a indústria de locomotiva, dos anos 1930 a 1980. Foi um erro, prosseguiu, abraçar o Consenso de Washington na década de 1990.

O "consenso" pregava uma visão liberal-financeira da economia e, para Lucchesi, empobreceu o País, embora liberais e jornais façam parecer o contrário. "Construímos uma lógica de hegemonia financeira estéril", declarou. O Brasil está preso, segundo ele, "nas mentalidades e na hegemonia que muitas vezes grupos de interesse de super-ricos querem manter de relação estéril de produção de riqueza no Brasil, que não ajuda a construir o futuro do País. Temos que ter coragem de colocar esse debate de forma mais pública (...) e de desconectar de um conjunto de ideias que deram fragorosamente errado".

Não é uma batalha fácil. •

Iniciativa pontual?

SÃO PAULO Estudantes se mobilizam pela renovação de programa de pós-doutorado para pesquisadores negros na USP

POR MARIANA SERAFINI

"Quando entrei na USP em 1972, nós, estudantes negros, não enchíamos uma Kombi. Agora, ver um auditório lotado só de mestres e doutores negros é um escândalo, uma satisfação imensa", afirmou a filósofa Sueli Carneiro, durante encontro realizado pelos alunos do Programa de Pós-Doutorado para Pesquisadores Negros da USP. Defendeu, porém, a adoção de políticas afirmativas para mudar o perfil do corpo docente, composto majoritariamente por pessoas brancas. Sem garantir reais oportunidades de crescimento na carreira, emenda Carneiro, a equidade jamais será alcançada.

O debate na sede do Instituto de Estudos Avançados da USP, na segunda-feira 27, foi organizado por um coletivo de bolsistas da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), a primeira turma de um edital de pós-doutorado reservado exclusivamente para pesquisadores negros. Primeira e talvez a única, temem os estudantes, pois não há qualquer sinalização de que o programa, previsto para acabar em junho, será renovado pela universidade.

A educação e a ciência têm sido alvos constantes do governador Tarcísio de Freitas, outrora retratado pela mídia como um "bolsonarista moderado". Recentemente, ele tentou obrigar as três maiores universidades públicas paulistas – USP, Unesp e Unicamp – a repartir suas receitas, fixadas em 9,57% da arrecadação do ICMS pela Constituição paulista, com outras três faculdades. Após a péssima repercussão da iniciativa, recuou na proposta. Manteve, porém, uma brecha na proposta de lei orçamentária para 2025 que pode, se aprovada pela Assembleia Legislativa, suprimir até 30% do orçamento da Fapes, a principal agência de fomento à pesquisa no estado. Diante deste cenário, os pós-doutorandos contemplados no edital da USP trabalham com insegurança, sem saber se suas bolsas serão renovadas para o próximo período, mesmo que as pesquisas ainda não estejam concluídas.

"Sabemos que, quando há qualquer instabilidade no financiamento das pesquisas, os primeiros a ser cortados são os mais vulneráveis. As políticas de inclusão e reparação são sempre as primeiras a serem canceladas", comenta a cientista política Danielle Pereira de Araújo, pesquisadora do IEA-USP e uma das 50 pessoas contempladas pelas bolsas da PRIP. Ela conta que o programa é fruto da intensa mobilização de estudantes e professores negros da USP. "A reserva de vagas no contexto docente é uma pauta muito cara para

Alerta. A população negra segue subrepresentada no corpo docente, observa Carneiro

ISTOCKPHOTO E MARIANA SERAFINI

Demanda. Mais de mil candidatos disputaram as 50 vagas oferecidas no ano passado

Lançado em 2023, o edital prevê a oferta de bolsas somente até junho

nós, e pouco explorada. Unimos a isso a nossa batalha pela renovação das bolsas de quem já está no programa, além de pleitearmos a institucionalização desse edital. Ou seja, queremos que ele vire de fato uma política de reparação, e não uma iniciativa pontual", explica.

No primeiro edital, aberto em 2023, mais de mil doutores negros disputaram uma das 50 vagas oferecidas. Para Araújo, esse número evidencia que a demanda por espaços como este é altíssima, mais um motivo para defender a continuidade do programa, que abrange todas as áreas do conhecimento. Pesquisadora mais velha da turma, a advogada Sueli Aparecida Sampaio, de 62 anos, lembra com orgulho de quando ingressou na Faculdade de Direito da USP, em 1989. Foi a primeira pessoa da família a sentar num banco universitário. "Para meus pais e meus irmãos, foi uma alegria imensa. Ao mesmo tempo, na minha turma de 450 alunos, eu era a única negra, até os professores me olhavam com estranhamento. Teve gente que passou os cinco anos da graduação sem nunca me dirigir a palavra. Hoje, isso está mudando, mas ainda temos um longo caminho pela frente."

Filha de operários de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, Sampaio precisou se desdobrar entre trabalho, estágio e faculdade. Mesmo sendo uma universidade pública, o custo de permanência era alto, a começar pelos caríssimos manuais de Direito. "A cons-

trução da minha carreira sempre foi difícil e estar hoje entre as pessoas contempladas por essa bolsa de pós-doutorado, para avançar na minha pesquisa, é uma grande felicidade."

A sensação de solidão na trajetória acadêmica é algo que atinge grande parte de pesquisadores negros. "Quanto mais degraus a gente sobe, menos encontramos nossos pares, é um caminho bastante solitário", lamenta a farmacêutica Michelle Barão de Aguiar. "Se os negros são mais de 50% da sociedade brasileira, esse quadro precisa se repetir também na universidade, deveríamos ser mais de 50% dos alunos e também dos professores."

A pesquisadora relata que as dificuldades para mulheres e mães negras são ainda maiores. "Existe uma estrutura pronta para receber os homens, principalmente os homens brancos. Queremos sair do lugar de ser estudados para o lugar de quem contribui para o desenvolvimento científico." Depois de trabalhar na indústria farmacêutica, lecionar em faculdades particulares e

Os bolsistas temem a interrupção do programa após o governador tentar se apropriar das receitas da Fapesp

se desdobrar entre trabalho, doutorado, maternidade e cuidados domésticos, ela finalmente alcançou um patamar estável para desenvolver sua pesquisa sobre fotoproteção para peles negras. "Hoje eu trabalho num laboratório com mais de 20 anos de tradição, e ninguém nunca tinha pensado em estudar a pele negra. É um estudo inédito e tem pouquíssima literatura científica."

Segundo a antropóloga Adriana de Oliveira Silva, a conquista de diplomas não é o suficiente para garantir o futuro profissional das pessoas negras. "Mesmo com uma excelente formação, ainda duvidam na nossa capacidade. Mesmo quando estamos na universidade como mestres ou doutores, há quem vá nos tratar como a faxineira", lamenta. Trata-se de um preconceito enraizado na sociedade brasileira, predisposta a ver pessoas negras sempre em "lugares de subalternidade", observa. "Ver pessoas negras no topo da carreira acadêmica ainda é uma exceção. Por isso, estamos lutando para este edital virar uma política pública. Nós queremos ser a regra, e não a exceção. Isso só será possível com ações afirmativas."

Exemplo. Aguiar pesquisa a fotoproteção da pele negra, negligenciada pela indústria

Foi durante a residência médica no Hospital Universitário da USP que a neurocirurgiã Diana Santana se atentou para um incômodo fenômeno: as pessoas negras costumavam chegar ao atendimento médico de alta complexidade quando já estão com doenças mais agravadas. "Notei que muitas vezes os pacientes negros tinham desfechos piores não apenas pela gravidade da doença, eles já chegavam com a enfermidade em estágio avançado." No pós-doutorado, ela pesquisa o impacto do racismo no atendimento de pessoas com aneurismas intracerebrais. "A pesquisa está em andamento, mas já obtive resultados sólidos e bastante preocupantes."

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e pró-reitora de Inclusão e Pertencimento da USP, Ana Lucia Duarte Lanna reconhece que não há garantias de renovação do edital, tampouco a possibilidade de ele ser institucionalizado. "Infelizmente, não está previsto o que os alunos reivindicam, a transformação dessa iniciativa em um programa permanente na universidade", afirma. "Não existe nenhuma linha permanente de financiamento de pós-doutorado na USP, isso costuma ser responsabilidade das agências de fomento à pesquisa. Mas isso não significa que a gente não vá republicar um outro edital nesses moldes, ainda está em discussão." •

MARIANA SERAFINI

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)

Lawfare contra jornalistas

▶ Ao reconhecer que o uso abusivo de ações judiciais compromete a liberdade da imprensa, o STF rejeita a censura e reforça as bases da democracia brasileira

O Supremo Tribunal Federal reconheceu, na quarta-feira 22, que o uso abusivo de ações judiciais contra jornalistas viola o direito constitucional à liberdade da imprensa. A prática, reconhecida como assédio judicial, consiste no ajuizamento simultâneo de inúmeras ações sobre os mesmos fatos em diversas comarcas. A intensa judicialização visa constranger a atividade jornalística, dificultando e encarecendo a defesa.

O *lawfare* contra a atividade jornalística vem se tornando corriqueiro no Brasil e, em boa hora, o STF posicionou-se sobre o tema. Nosso Judiciário não pode ser instrumentalizado em favor da censura. É direito de todo jornalista professar suas opiniões, assim como é direito da população conhecer os pontos de vista existentes nos mais diversos temas de interesse público. Nossa Constituição, ao dispor sobre a comunicação social, assegurou a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão qualquer restrição. Vedou-se, expressamente, toda e qualquer censura.

Os direitos à liberdade de expressão e de manifestação do pensamento costumam ser qualificados como direitos de primeira geração, os quais compreendem os direitos civis e políticos das chamadas liberdades clássicas, negativas ou formais. Tais direitos são caracterizados, ainda de acordo com os teóricos do tema, pela necessidade de uma postura negativa do Estado, respeitosa às liberdades dos indivíduos. Referidos direitos não devem ser vistos como mera salvaguarda individual, na medida em que indissociavelmente ligados à cidadania e à dignidade da pessoa humana, bem como ao que podemos chamar de plena participação na vida da polis.

Analisando o precedente "Brandenburg v. Ohio, 395 US 444 (1969)", da Suprema Corte dos EUA, Cass R. Sunstein consignou, na obra *Why Societies Need Dissent?*, que a liberdade de expressão está diretamente relacionada à própria ideia de democracia. Para o autor, a proteção dos dissidentes não visa somente proteger individualmente as pessoas que professam determinadas ideias, mas também as inúmeras pessoas que se beneficiam da coragem ou da temeridade daqueles que discordam.

Entretanto, parece haver, no Judiciário norte-americano, maior facilidade em reconhecer os direitos dos dissidentes de extrema-direita, ao passo que a relação com os dissidentes do campo progressista é marcada por maior rigor no reconhecimento das liberdades de expressão e de manifestação do pensamento, como se constata no caso de Julian Assange, fundador do WikiLeaks acusado de espionagem por divulgar informações sigilosas.

Com efeito, é preciso refutar o senso comum de que, nos EUA, a tutela jurídica da liberdade de expressão é mais abrangente. Destaque-se, por exemplo, a possibilidade de que um juiz possa deter, por até 18 meses, um jornalista que venha a, supostamente, atingir a dignidade da jurisdição, negando o fornecimento dos dados da pessoa que lhe serve como fonte de notícia (*"contempt of court"*). O relatório do Reporters Committee for Freedom of the Press, veiculado em seu domínio eletrônico, apresenta uma lista de diversos jornalistas presos por não fornecerem a identidade das suas fontes ao Judiciário ou por terem dirigido críticas à jurisdição.

No Brasil, há muito mais tolerância ao jornalismo crítico e investigativo em relação à jurisdição do que lá. Por todas essas razões, devemos elogiar a mais recente decisão da nossa jurisdição constitucional, a qual vem se somar ao reconhecimento, ocorrido por ocasião da análise da vetusta Lei de Imprensa de 1967, de que a atividade jornalística é "verdadeira irmã siamesa da democracia".

Ali restou consignado, ainda, que a liberdade de imprensa proíbe a censura, isso em nome da dignidade da pessoa humana, mas também em razão das liberdades constitucionais de manifestação do pensamento, de informação e de expressão artística, científica, intelectual e de comunicação. O Supremo também reconheceu o relevante papel da imprensa na irradiação do pensamento crítico.

Para além de meros direitos individualmente considerados, estamos diante de retaguardas constitucionais umbilicalmente atreladas ao pacto social e à noção de democracia. Isto é, ao contrário de singelos direitos subjetivos, assegurar a livre atividade jornalística é tutelar o que há de mais essencial em termos civilizatórios. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Por água abaixo

RIO GRANDE DO SUL As chuvas também devastaram o patrimônio histórico e arruinaram a vida cultural do estado

POR RENÉ RUSCHEL

No início dos anos de 1960, o gaúcho Jorge Alves dos Santos montou uma pequena banca de jornal no centro de Porto Alegre. Com o tempo, ampliou a oferta de produtos e passou a também vender livros. Faleceu em 1977. Num primeiro momento a esposa, dona Geraci, assumiu o ponto. Depois, os dois filhos, Nara e Fernando, passaram a dividir a tarefa com a mãe. Agora, são os irmãos que administram o negócio familiar. Localizado em uma das esquinas defronte ao Mercado Municipal, um dos pontos mais tradicionais da cidade, a enchente destruiu quase tudo, menos a esperança e o desejo de recomeçar. "Há alguns anos enfrentamos a pandemia. Foi muito difícil, renegociamos as dívidas e conseguimos nos reerguer. Agora, vamos recomeçar outra vez", afirma Fernando.

A destruição da banca da família Santos é um pequeno retrato do estrago causado pelas chuvas no ambiente cultural do Rio Grande do Sul. Por todo o estado, museus, teatros, centros culturais e prédios históricos tiveram suas instalações invadidas pelas águas. Incontáveis livrarias, sebos e editoras de livros perderam boa parte de seu acervo. No bairro Cidade Baixa, reduto boêmio de Porto Alegre, centenas de músicos, atores, técnicos e diretores de espetáculos caíram no desemprego da noite para o dia – cenário que se repete em incontáveis polos de cultura no estado.

Um relatório elaborado por um coletivo de instituições culturais dá uma pista da dimensão do impacto. A tabulação parcial de cerca de 1,7 mil respostas devolvidas aponta que 99,2% das atividades artísticas no estado foram prejudicadas pelas chuvas. Mais de 91% desses artistas são profissionais, sendo que 82% têm na arte e na cultura sua única fonte de renda. Ainda não é possível avaliar com exatidão o montante do prejuízo, mas, segundo cálculos da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, Abrape, as perdas do setor podem chegar a 8 bilhões de reais.

Para socorrer os artistas gaúchos que perderam o sustento no desastre climático, a deputada federal Fernanda Melchionna, do PSOL, propôs, na Câmara dos Deputados, a criação de um auxílio emergencial. A ideia é que, até dezembro de 2024, seja pago um valor entre 3 mil e 10 mil reais aos trabalhadores da cultura, em duas parcelas. "Ao pautar essa discussão, esperamos sensibilizar o governo Lula, que pode editar Medida Provisória para fazer esse benefício chegar de forma mais célere aos nossos artistas."

> **Da noite para o dia, milhares de artistas perderam o emprego. Eles reivindicam um auxílio emergencial para sobreviver até a retomada do setor**

Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria Estadual da Cultura, o desastre climático atingiu cinco instituições vinculadas à pasta: o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, a Casa de Cultura Mario Quintana, o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, o Memorial do Rio Grande do Sul e o Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos. Em meio às chuvas, uma força-tarefa conseguiu transferir a maior parte do acervo para andares superiores. A recuperação do mobiliário e dos prédios históricos será iniciada "tão logo seja possível a inspeção para apurar os estragos".

Francisco Dalcol, diretor-curador do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, des-

CAMILA DIESEL/SEDAC/GOVRS

Símbolo da tragédia. O Memorial do Rio Grande do Sul é um dos museus inundados pela cheia histórica do Guaíba

taca a dedicação dos funcionários da instituição, que conseguiram salvar a tempo obras de arte de valor inestimável, como telas de Di Cavalcanti, Cândido Portinari e Iberê Camargo. "Só não foi possível remover as pesadas mapotecas, arquivos que guardam desenhos e gravuras. Ficaram suspensas, sujeitas à umidade, mas ainda estão inacessíveis."

A Secretaria Estadual da Cultura pretende antecipar a liberação de recursos para os projetos aprovados pela Lei Paulo Gustavo, criada para auxiliar o setor cultural na pandemia de Covid-19 – o governo federal estendeu os pagamentos até o fim de 2024. Já foram liberados mais de 7,5 milhões de reais para cerca de 50 propostas, mesmo sem a prévia apresentação dos planos de trabalho. "Desde o início da crise, a secretária Beatriz Araújo tem feito reuniões sistemáticas com o Ministério da Cultura a fim de criar, propor e alinhar ações que atendam ao setor", diz a pasta.

Para a presidente do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre, Rozane Dalsasso, o impacto da tragédia é devastador no meio artístico. "Com eventos cancelados, espaços públicos e privados atingidos pelas águas, não há, em curto prazo, uma solução para a sobrevivência dos nossos artistas". Por isso, diz ela, o Conselho sugeriu à Secretaria da Cultura do município a criação de um auxílio emergencial nos moldes de outro que foi editado quando ocorreu a pandemia, o "Edital Giba Giba", com recursos da Lei Aldir Blanc. Solicitou ainda o pagamento integral dos editais do Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre (Fumproarte) realizados em 2023, em caráter de urgência.

De acordo com o presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, Maximiliano Ledur, o setor foi duramente impactado, principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre. "Até o momento, não é possível ter uma ideia do prejuízo total. Muitos locais estão impossibilitados de serem acessados, pois a água ainda não baixou, mas as perdas são grandiosas." Ele cita o exemplo da editora LP&M Pocket, que contabilizou 10 mil livros arruinados pela água e pela lama. "Tivemos perdas menores do que esperávamos em relação ao estoque (havia 90 mil livros no local), mas perdas consideráveis em relação aos móveis e equipamentos", diz um comunicado divulgado pela empresa. Ao longo de 50 anos de história, a editora publicou obras de Luis Fernando Veríssimo, Moacyr Scliar, Caio Fernando Abreu, Darcy Ribeiro, Ziraldo, entre outros. Notabilizou-se ainda por reeditar clássicos da literatura mundial no formato de livro de bolso, de autores como Balzac, Shakespeare, Fernando Pessoa e Pablo Neruda. Até o momento 26 empresas procuraram a Câmara Rio-Grandense para relatar danos. "Infelizmente, algumas não vão se recuperar", lamenta Ledur.

Na Zona Norte de Porto Alegre, maior polo da indústria gráfica no estado, 45 empresas ficaram totalmente alagadas. José Mazzarolo, vice-presidente do sindicato patronal, diz não ser possível fazer um diagnóstico das perdas, pois muitas empresas "ainda não puderam ser acessadas", mas cita como exemplo sua própria gráfica, na qual todas as máquinas ficaram submersas. A estimativa é de um prejuízo entre 8 e 10 milhões de reais. "A pandemia", observa Mazzarolo, "foi mais grave em termos sociais e de saúde, uma catástrofe humanitária, mas as chuvas tiveram efeito mais devastador na economia. Não foi só uma parada abrupta. Afetou maquinário, estoque e toda estrutura operacional das companhias." •

Empecilho ao crescimento

FUNDAMENTALISMO FISCAL A meta de inflação de 3% ao ano não tem base na economia e impõe elevados sacrifícios ao País

POR CARLOS DRUMMOND

Não bastasse a manipulação escabrosa das projeções de inflação elaboradas pelas instituições financeiras, sob supervisão do Banco Central, com ganhos fabulosos para especuladores e rentistas e perdas monumentais para as políticas públicas e a maioria da população, constata-se agora que até mesmo a base utilizada para essas manobras, a meta de inflação anual de 3%, fixada para 2024 e 2025 pelo Comitê de Política Monetária, é inexequível, alertam economistas. O irrealismo da meta impõe um sacrifício brutal para a economia e a sociedade, como se verá adiante.

A manipulação da Pesquisa Focus, denunciada por Eduardo Moreira, do Instituto Conhecimento Liberta, consiste na projeção arbitrária da taxa de inflação para 8% ao ano entre 2025 e 2028, pelos participantes anônimos da Pesquisa Focus, do Banco Central, sem qualquer base econômica defensável para isso. O exagero coincide com o pronunciamento extraoficial do presidente do BC, Roberto Campos Neto, em evento da XP em Nova York, sobre a tendência de desacelerar o ritmo da diminuição da taxa Selic a cada reunião do Copom, antes definido em 0,50 ponto porcentual, para 0,25. Há quem considere a fala de Campos Neto como uma espécie de senha preparatória de terreno para o Copom alçar novo patamar de juros, mesmo com o IPCA em tendência de baixa.

O irrealismo da meta de inflação aflorou na manifestação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na quarta-feira 22. O ministro reclamou que a meta de 3% é "exigentíssima" e "inimaginável". A queixa de Haddad faz sentido, segundo economistas consultados por *CartaCapital*. Os números mostram um descolamento quase completo entre essa meta e a realidade econômica, a ponto de torná-la quase inexequível e impor ao País um esforço sem fim, leia-se corte sistemático de investimentos e de gastos.

O exagero da meta, apesar de pouco comentado na mídia e entre economistas, é

> **Em 293 meses, ou quase 25 anos, o IPCA ficou abaixo desse patamar em apenas 22 ocasiões**

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 36

Belluzzo. No irreconhecível capitalismo de sempre, a financeirização é onipresente

Descompasso. Em vez de tentar acalmar o mercado, Campos Neto empenha-se em assustá-lo ainda mais. Haddad tem razão ao dizer que a atual regra é "exigentíssima"

evidente. A cada mês, o IBGE divulga a variação acumulada em 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a principal medida de inflação do País. O IPCA é utilizado tanto como referência para investimentos e reajustes salariais quanto para a determinação das políticas monetárias e das medidas econômicas. O regime de metas de inflação foi instituído no Brasil em janeiro de 1999 e é supervisionado pelo Banco Central, que costuma aumentar a taxa de juros quando a meta é ultrapassada além do limite permitido pela regra. O economista Saulo Abouchedid, professor da Facamp, fez uma conta simples. "Considerado o período de dezembro de 1999, quando ocorre a primeira inflação anual pós-regime de metas, até abril de 2024, são 293 meses. Nesse espaço de tempo, a inflação ficou abaixo de 3% somente em 22 ocasiões, o que representa 8%. É muito pouco", dispara Abouchedid.

O número irrisório de vezes em que o IPCA acumulado em 12 meses ficou abaixo de 3% durante quase 25 anos, prossegue o economista, atesta que os agentes econômicos ajustam os preços de bens e serviços, ao longo da história, acima desse patamar. "O Conselho Monetário Nacional não pode simplesmente fixar a meta em um nível que não tenha aderência ao comportamento dos agentes econômicos, sob pena de tornar o processo esquizofrênico. Essa fixação da meta como uma referência completamente abstrata, sem sustentação na realidade concreta, condi-

HULLY PAIVA/SMCS/PREFEITURA DE CURITIBA, RICARDO STUCKERT/PR E EDILSON RODRIGUES/AG. SENADO

ciona toda a política macroeconômica ao atingimento de um objetivo que não encontra amparo na realidade da economia brasileira", dispara o professor da Facamp.

Segundo o economista Rafael Ribeiro, professor da UFMG e pesquisador da USP, as considerações do ministro Haddad sobre a inadequação da meta de 3% são pertinentes, pois "a inflação anual brasileira raramente atingiu esse patamar, com exceção dos anos de 2006 e 2018, e foi apenas em 2017 que a taxa ficou abaixo desse nível".

Além disso, prossegue Ribeiro, o ministro está correto ao destacar que o núcleo da inflação, que exclui choques temporários nos preços, tem se mantido abaixo da inflação total recentemente. A política monetária deve responder somente às variações do núcleo inflacionário, pois choques temporários tendem a se autoajustar sem intervenção do Banco Central. Reagir à inflação corrente sem considerar o núcleo pode levar, portanto, a uma maior volatilidade na taxa de juros básica, gerando incerteza quanto à política monetária e prejudicando a ancoragem das expectativas dos agentes econômicos.

A pandemia trouxe o temor de deflação, mas taxas cresceram em meio a distúrbios econômicos e políticos

O economista Luiz Fernando de Paula, professor do Instituto de Economia da UFRJ, aponta os efeitos negativos profundos do estabelecimento, pelo Copom, de uma meta de inflação apartada da realidade. Uma meta de inflação baixa no Brasil, chama atenção De Paula, não faz sentido em função da existência de contratos (como reajustes de escolas e planos de saúde) e de indexação financeira, com boa parte da riqueza financeira vinculada à taxa Selic e ao IGP-DI. A isto se soma ainda a política de aumentos reais do salário mínimo, necessário em função dos baixos salários e da elevada concentração de renda no País. Isto gera uma inércia inflacionária que eleva a inflação em momentos de choque de oferta, como tivemos recentemente. Assim, não faz sentido uma meta muito baixa no Brasil, pois acaba gerando uma taxa de sacrifício em termos de perda de emprego e produto muito elevada no País.

No plano internacional, acrescenta o professor da UFRJ, apesar de não existir um processo que possa ser classificado como um novo comportamento da inflação, há alguns fatores, do lado da oferta, que impactaram de forma global na inflação, tornando-a um fenômeno mundial. Um fator novo, ainda que transitório, foi a crise da Covid-19, que gerou desestruturação e gargalos nas cadeias produtivas de produtos manufaturados, situação que levou tempo para normalizar. Por outro lado, a guerra da Ucrânia afetou o preço da energia e alguns insumos, gerando um choque de oferta importante. "Nessas circunstâncias", recomenda De Paula, "deve-se elevar a taxa de juros com moderação para arrefecer os aumentos de preços de segunda ordem, deixando que o cho-

Problema mundial. A política monetária do FED e do Banco Central Europeu não conseguiu domar o processo inflacionário

que de oferta se dissipe com o tempo."

Apenas a perspectiva de um choque deflacionário no mundo, com queda no preço dos combustíveis, ou de *commodities*, poderia justificar uma meta tão baixa quanto 3%, mas isso não existe, acrescenta Abouchedid. Ocorre o contrário, a inflação no exterior mostra uma certa resistência e a política monetária do Banco Central Europeu e do Fed para conter esse processo inflacionário ainda não teve sucesso.

A pandemia e a paralisação das atividades econômicas em 2020 trouxeram o temor inicial de deflação, mas as interrupções nas cadeias produtivas e a gradual reabertura econômica em 2021 levaram a um aumento acentuado das taxas de inflação no mundo, sublinha Ribeiro.

No ano seguinte, a inflação foi impulsionada ainda mais pela guerra na Ucrânia e pelo aumento dos custos de energia e gás natural. "Esse conjunto de fatores acabou desafiando a visão dos bancos centrais de que choques de oferta são transitórios e que, portanto, a inflação pode ser controlada exclusivamente com políticas restritivas pelo lado da demanda", frisa o professor da UFMG.

Assim como aconteceu após a fala de Campos Neto em Nova York, o mercado financeiro entrou em rebuliço após a queixa de Haddad quanto à meta de inflação de 3%. A especulação nos mercados de juros e de câmbio, tornada recorrente com as frequentes declarações do presidente do BC sobre o comportamento futuro de juros e outras variáveis macroeconômicas e financeiras, é, contudo, condenável, aponta De Paula.

"O presidente do BC tem que 'falar nos autos', pronunciando-se pouco publicamente, deixando as explicações da política de juros para os comunicados do Copom. Nunca um presidente do BC falou tanto, antecipando sua opinião ao público e opinando sobre assuntos que não são de sua alçada, em particular na questão fiscal", diz o professor da UFRJ. "Isto contribui para gerar instabilidade macroeconômica, no câmbio e no juros, o que é um contrassenso, pois caberia a ele acalmar o mercado. A questão da comunicação da política monetária é elemento importante na eficácia da política monetária e ela deve ser feita com muita serenidade."

A confluência de interesses conflitantes no BC e no Copom reaviva o questionamento, no País e no exterior, do dogma da independência do Banco Central. "Dado que a política econômica afeta significativamente o desempenho econômico, é difícil argumentar que a política fiscal e monetária devem ser mantidas separadas. Os bancos centrais controlam a oferta monetária através das taxas a que emprestam aos bancos comerciais. Isto define a estrutura das taxas de juro de longo prazo, determinando as taxas a que os mutuários podem aceder aos fundos, o que por sua vez influencia o investimento e o desemprego. Se quisermos que os governos sejam responsabilizados pelo investimento e pelo desemprego, eles devem controlar também a política monetária", propõe o economista Robert Skidelsky, professor emérito de Economia Política na Universidade de Warwick, na Inglaterra, no artigo intitulado *O Mito da Independência do Banco Central*, publicado no portal Project Syndicate.

O Parlamento Britânico publicou, em 2011, a seguinte "evidência", destacada pelo Grupo de Reforma Fiscal Sistêmica da Universidade de Cambridge: "O cartel bancário, sancionado pelo Estado, compreende um banco central e bancos membros privados. O BC é responsável pela fixação de preços, partilha de informações, promoção dos interesses dos membros e prevenção de falhas por parte dos membros. Servir o interesse público não é o objetivo principal de um banco central. O cartel detém o poder exclusivo de fixar o preço e emitir o meio de tributação. Os governos geralmente exigem o pagamento de impostos apenas nos meios emitidos pelo cartel." •

Financeirização, confusões, história

RIQUEZA No irreconhecível capitalismo de sempre, a forma financeira é onipresente

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E NATHAN CAIXETA

A palavra "Financeirização" passou a circular com ares de grã-fina elegante nos bailes em que se exibem as celebridades do nosso tempo. A dama Financeirização está sempre acompanhada de seu fiel companheiro, senhor Neoliberalismo, e da comadre inquieta, Dona Globalização.

Estimulados pelos demais convivas, a trinca dança ao som dos acordes e batuques da orquestra "Capitalismo Contemporâneo". Os críticos se dividem entre simpáticos e detratores, uns e outros exibindo laivos de moralismo que turbam a avaliação do desempenho dos dançarinos.

É mister reconhecer que muitos observadores dos rodopios um tanto abruptos da senhora Financeirização tiveram a ventura de viver ou estudar os passos suaves e elegantes das dançarinas do Bem-Estar que por 30 anos ofereceram seus talentos à fruição de mulheres e homens de seu tempo.

Até o final dos 1970, dizem, a Orchestra Capitalismo tocava os acordes do desenvolvimento econômico e a turma deslizava nas pistas do bem-estar social e do pleno emprego, este último abrigado, sobretudo, nas casamatas do fordismo industrial. Nas beiradas da pista estavam os vigilantes da Repressão Financeira, dispostos a impedir escorregões provocados por passos abusivos.

Ao acompanhar os passos de Madame Financeirização e do Senhor Neoliberalismo, Dona Globalização encurralou as alternativas de desenvolvimento nacional, obrigando governos a orientar suas políticas econômicas em resposta aos agouros e trepidações dos fluxos de capitais. O crescente poder de Madame Financeirização sobre as decisões de investimento e alocação da riqueza alterou radicalmente o comportamento da Grande Empresa, que ficou refém das expectativas de valorização patrimonial sob o comando de bancos, fundos de pensão, fundos de investimento e *tutti quanti*. Finalmente, o Senhor Neoliberalismo capturou os Estados Nacionais, condenando as sociedades e seus cidadãos às penas e obrigações da austeridade perpétua.

Os jeitos, trejeitos e mal jeitos da se-

Os atos e as façanhas do dinheiro não induzem a separação entre produtivo e financeiro

Processo. O dinheiro gera dinheiro na exploração do trabalho e o crédito é o agente fundamental. O pleno emprego encontrou abrigo no fordismo industrial

nhora Financeirização nos incitam a investigar sua genética e assim evitar considerações apressadas a seu modo de ser.

Roberto Fineschi, no artigo *Marx's Class Theory 2.0*, se ocupa do significado da história na obra de Marx. Diz ele:

"O 'histórico' tem um significado ontológico: não é a descrição ou inclusão de fatos que ocorreram em um determinado momento, mas uma estrutura teórica em que ocorre um desenvolvimento dialético, 'formal'; a reprodução humana implica passagens e transformações estruturais; fases internas, lógicas. Essa é sua 'história', uma totalidade articulada em fases que se sucedem umas às outras. Momentos temporais logica-

ISTOCKPHOTO E THE HENRY FORD MUSEUM

mente determinados de uma totalidade".

A tentativa de apreender o sentido histórico da dita "financeirização" sugere uma investigação da natureza ontológica da finança capitalista. Seguimos, neste sentido, a recomendação de Fernand Braudel:

"A relação de forças, na base do capitalismo, pode esboçar-se e ser reencontrada em todas as etapas da vida social. Mas, enfim, é no topo da sociedade que o primeiro capitalismo se desenvolve, afirma a sua força e se revela aos nossos olhos. E é à altura dos Bardi, dos Jacques Coeur, dos Jakob Fugger, dos John Law ou dos Necker que se deve ir procurá-lo, que se tem uma chance de descobri-lo".

Karl Marx, em sua investigação sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, procurou reconstituir as categorias que estruturam o movimento desse modo de produção. Nos *Grundrisse,* Marx discute a interpenetrabilidade das formas. As formas gerais – mercadoria, dinheiro, subordinação do trabalho pelo capital-forças produtivas – de acumulação e reprodução se acoplam às formas concretas da concorrência, do capital a juros e do capital fictício para ensejar a constituição da estrutura e mover a dinâmica do Regime do Capital.

O Regime do Capital só é apreensível na medida em que tomamos como objeto – ponto de partida – o todo desenvolvido para, em seguida, reconstituir as conexões entre as formas dominantes (concretas), e as formas elementares (abstratas).

Ao tratar das formas financeiras, das categorias do capital a juros e do capital fictício, Marx as descreve como formas concretas que sobredeterminam as formas elementares, aquelas que habitam os reinos da produção e intercâmbio de mercadorias.

Essa subordinação necessária da produção e da troca às formas financeiras se realiza na "natureza peculiar do dinheiro", como Marx explica, para turbação dos neurônios positivistas:

"...evidencia-se de novo na separação do negócio de dinheiro do comércio propriamente dito. Vemos, portanto, como é imanente ao dinheiro realizar suas finalidades à medida que simultaneamente as nega; se autonomizar em relação às mercadorias; de meio, devir fim; realizar o valor de troca das mercadorias ao se separar dele; facilitar a troca ao cindi-la; superar as dificuldades da troca imediata de mercadorias ao generalizá-las; autonomizar a troca em relação aos produtores na mesma medida em que os produtores devêm dependentes da troca".

Braudel. A relação de forças pode ser reencontrada em todas as etapas da vida social, mas é no topo que o primeiro capitalismo se revela aos nossos olhos

O crédito funda e designa os destinos do capital em funcionamento na produção e na circulação

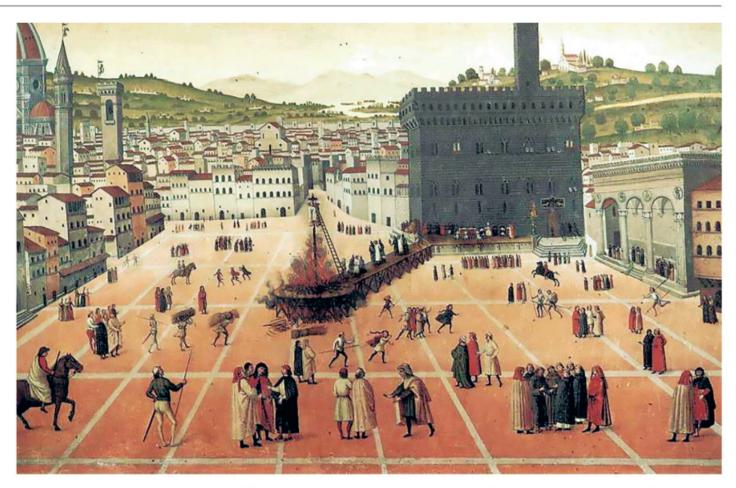
"Afirmar" e "negar", "separar" e "unir", os atos e façanhas do dinheiro não induzem a separação entre produtivo e financeiro, mas manifestam as contradições imanentes da dinâmica do capital em sua saga realizadora.

Braudel, em seu clássico *Civilização Material, Economia e Capitalismo,* comenta a respeito do papel desempenhado pelos "fornecedores de dinheiro":

"Acumulai! Acumulai! É o que manda a lei para uma economia capitalista. Também se poderia dizer: Emprestai! Emprestai! É o que manda a lei e todas as sociedades acumulam, dispõe de um capital que se divide entre uma poupança entesourada e então inútil, mantida à espera, e um capital cujas águas benéficas passam pelos canais da economia ativa, outrora sobretudo a economia mercantil. Se esta não for suficiente para abrir ao mesmo tempo todas as comportas possíveis, haverá quase forçosamente um capital imobilizado, desnaturado, poder-se-ia dizer. O capitalismo só estará plenamente instalado quando o capital acumulado for utilizado ao máximo, sem nunca se atingir, evidentemente, os 100%".

Como forma necessária que realiza os propósitos da acumulação de riqueza abstrata – isto é, de dinheiro –, o crédito funda e designa os destinos do capital posto em funcionamento na produção e na circulação.

Na reprodução ampliada do capital, na qual o dinheiro vira mais dinheiro através da exploração do trabalho na produção e circulação de mercadorias, o crédito é o agente fundante do processo ao adiantar riqueza potencial na forma capital-dinheiro. Trata-se do valor antecipado para fazer girar o circuito produtivo-mercantil. Em sua ânsia de valorização, o dinheiro de crédito se afasta das contingências da produção e da troca, para ser acolhido nas trepida-

ções do circuito monetário-financeiro.

É na forma financeira que o capitalismo revela sua natureza, seu modo de ser. A criação de nova riqueza é a manifestação peculiar do caráter geral do capital.

As transformações ocorridas nos sistemas financeiros, o aperfeiçoamento dos métodos de gestão, a multiplicação dos meios de compartilhamento de riscos e a crescente interpenetração comercial, produtiva e financeira dos mercados não alteraram a forma de ser do capitalismo. Ao contrário, tais transformações estenderam e aprofundaram a manifestação de seu caráter autorreferente, antes e agora. Ensina Braudel:

"... o capitalismo sempre foi monopolista, e mercadorias e capitais nunca deixaram de viajar simultaneamente, tendo os capitais e o crédito sido sempre o meio mais seguro de alcançar e forçar um mercado exterior. Muito antes do século XX, a exportação de capitais foi uma realidade cotidiana, para Florença desde o século XIII, para Augsburgo, Antuérpia e Gênova no século XVI. No século XVIII, os capitais correm a Europa e o mundo. Todos os meios, procedimentos e estratagemas do dinheiro não nasceram em 1900 ou em 1914, precisaria dizê-lo? O capitalismo conhece-os todos e, ontem como hoje, a sua característica e a sua força são de poder passar de um estratagema para outro, de uma forma de ação para outra, de mudar dez vezes suas baterias segundo as circunstâncias da conjuntura e, assim fazendo, permanecer bastante fiel, bastante semelhante a si mesmo".

Esse instinto transformador, pronto a inovar os meios de produção e extração de valor, aperfeiçoa e potencializa o caráter autorreferente do capital. Eis o sentido geral da (mal)dita financeirização como fenômeno constitutivo do capitalismo, que se transforma para "realizar sua natureza".

Movimento. A exportação de capitais foi uma realidade cotidiana, para Florença, desde o século XIII, para Augsburgo, Antuérpia e Gênova no século XVI

GIROLAMO SAVANAROLA/ACERVO MUSEU NACIONAL DI SAN MARCO E REDES SOCIAIS

No capitalismo plenamente investido em todas as suas formas, a contradição está abrigada nas próprias relações entre as formas de posse da riqueza. No movimento da acumulação, ao longo do processo de expansão do valor, ampliam-se os estoques de ativos reais e financeiros, ao mesmo tempo que o progresso tecnológico "desvaloriza" continuadamente a força de trabalho e o estoque de capital produtivo existente.

Esse movimento realiza a dinâmica contraditória (dialética) que afirma a natureza Dinheirista e Financeira do Regime do Capital, que subordina as formas elementares do trabalho e da troca. •

Ninho de serpentes

EUROPA Na reta final da campanha ao Parlamento da UE, vaidades, traições e projetos próprios de poder dividem a extrema-direita

POR SERGIO LIRIO

Um apelo público mais direto, impossível. No domingo 26, em entrevista ao jornal *Corriere della Sera*, a francesa Marine Le Pen exortou a colega de ideologia e primeira-ministra italiana, Georgia Melloni, a juntar-se à campanha para fazer da extrema-direita a segunda maior bancada do Parlamento Europeu. "Este é o momento de nos unirmos, seria verdadeiramente útil. Acho que não devemos deixar passar uma oportunidade como esta", declarou Le Pen. "Acredito que ela e eu estamos de acordo sobre as questões essenciais, incluindo a retomada do controle dos nossos países". No mesmo dia, à tevê pública RAI, Meloni respondeu. Não disse sim nem não. "Meu principal objetivo é construir uma maioria alternativa àquela que governou nos últimos anos. Uma maioria de centro-direita, por outras palavras, que enviará a esquerda para a oposição na Europa".

Os europeus irão às urnas entre 6 e 9 de junho e, como tem acontecido em diversas eleições nacionais, tendem a nomear um Parlamento Europeu mais fragmentado e instável do que o anterior. Os velhos liberais e a esquerda tradicional, apontam as pesquisas, perderão espaço para o extremismo de direita e os partidos independentes, não perfilados a um dos sete blocos tradicionalmente estabelecidos em Bruxelas. Le Pen e Meloni são as expoentes das duas principais correntes da extrema-direita. A francesa integra o grupo Identidade e Democracia, que acaba de expulsar os neonazistas alemães da AfD, depois das declarações "embaraçosas" de Maximilian Krah, principal candidato da legenda, a respeito da SS de Adolf Hitler ("Nunca diga que alguém que usa um uniforme da SS é automaticamente um criminoso"), e das acusações de que um outro filiado recebeu dinheiro da Rússia. A italiana pertence à frente Conservadores e Reformistas Europeus (ECR, *na sigla em inglês*). Segundo as projeções, o ID, afetado pela expulsão da AfD, conquistará 66 das 720 cadeiras em disputa, enquanto o ECR chegaria a 72. Apesar do isolamento, interno e continental, e de um radicalismo crescente que afasta aliados, os neonazistas alemães, indicam os levantamentos, passariam de 9 para 17 deputados e o húngaro Fidesz, uma das bases de sustentação de Viktor Órban, elegeria outros 12. Ao todo, seriam 165 parlamentares, caso as urnas confirmem as pesquisas, acima dos 144 do grupo Socialistas & Democratas, de centro-esquerda.

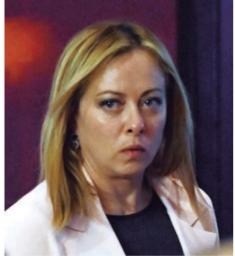
*Média das pesquisas, 24 de maio
** Candidatos ou legendas não perfilados a blocos políticos
Fonte: politico.com

Há dois motivos para Meloni se mostrar refratária à aliança imediata. O primeiro tem a ver com estilo. Embora seu governo avance em políticas contra a comunidade LGBT, entre elas proibir o nome dos pais não-biológicos no registro de filhos de casais homossexuais, e os imigrantes, a primeira-ministra italiana projeta, para fora do país, uma imagem de "moderação" quando comparada aos pares ideológicos no continente. Mede as palavras, evita certo histrionismo, afastou-se de Vladimir Putin e entende o jogo de bastidores da política. Le Pen também

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 42
The Observer.
O CNA perde prestígio na África do Sul

Por si. A AfD, legenda neonazista alemã, foi expulsa do bloco ECR, ao qual se alinha a francesa Marine Le Pen (*direita*). A italiana Georgia Meloni flerta com o centro-direita

REDES SOCIAIS, VOX ESPANHA E PRASETYO UTOMO/G20 INDONÉSIA

passou por uma repaginação, mas o passado a condena. Apesar de negar ou ao menos disfarçar repúdio pelo antissemitismo e anti-europeísmo do pai, Jean-Marie, tem sido difícil para a francesa se dissociar da trajetória da família.

A outra razão de Meloni é pragmática. Justamente pelo disfarce da moderação, a italiana é insistentemente cortejada por Ursula von der Leyen, em campanha à reeleição ao posto de presidente da Comissão Europeia. Na ânsia de permanecer no cargo, Ursula von der Leyen mostra-se flexível, a ponto de borrar aquelas tais "linhas vermelhas" que em tese separam os democratas dos racistas, xenófobos, negacionistas da mudança climática e neofascistóides. A aprovação pelo Parlamento Europeu de uma lei antimigração mais dura foi uma demonstração recente de que, em nome de um projeto de poder, as linhas mudam de cor como em um passe de mágica – e o que era vermelho subitamente vira verde. Em recente debate, a alemã destacou as supostas qualidades da *premier* italiana, em um esforço de convencimento de aliados do PPE, o grupo de extrema-direita que projeta conquistar 176 cadeiras: "Ela é claramente pró-UE, contra Putin, tem sido muito clara sobre isso, e pró-Estado de Direito. Se isto se mantiver, então nos oferecemos para trabalhar juntas". Em troca, a comissária recebeu afagos do ECR. Em entrevista à agência Euronews, Nicola Procaccini, do Fratelli D'Italia, partido de Meloni, não descartou o apoio à alemã. "É algo que temos de ver com base no equilíbrio de poderes, pois eles podem ter de apoiar um dos nossos candidatos. Vamos ver."

Mesmo dividida, a extrema-direita avança para se transformar em uma incontornável força de bloqueio, se não de alteração dos princípios basilares das políticas interna e externa da União Europeia. A solidariedade aos migrantes tem, aos poucos, sido substituída pelo conceito de segurança das fronteiras. O rigor das leis ambientais será bombardeado por uma espécie de "bancada do boi", sensível aos reclames dos agricultores que se sentem prejudicados pela concorrência internacional. Um dos possíveis efeitos colaterais será o enterro definitivo do acordo UE-Mercosul. O apoio incondicional à Ucrânia também está em risco, dada a simpatia que uma parcela considerável dos extremistas nutre por Putin. •

Da liberdade à desilusão

TheObserver O CNA, partido de Nelson Mandela, sofre o desgaste de 30 anos no poder

POR STEVE BLOOMFIELD, EM JOHANESBURGO

No coração de Soweto, o berço da democracia sul-africana foi queimado e saqueado. Quase 70 anos atrás, nos primeiros tempos do *apartheid*, mais de 3 mil moradores se reuniram numa praça empoeirada para redigir a *Carta da Liberdade*, que exigia uma série de direitos e proclamava que a África do Sul "pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos". Quando o *apartheid* terminou, em 1994, e Nelson Mandela foi eleito presidente com uma avalanche de votos, a *Carta* tornou-se a base da nova e otimista Constituição do país. Por isso fazia sentido, anos depois de sua divulgação, marcar seu aniversário e transformar a praça na área de Kliptown num local representativo da nova África do Sul.

Abriram-se lojas e escritórios, um museu, um monumento à liberdade. Para completar, foi inaugurado um novo hotel, anunciado como "o primeiro quatro estrelas, oferecendo hospitalidade africana no coração de Soweto". Uma chama de liberdade foi acesa, cercada pelas palavras da *Carta*.

À época, a África do Sul estava em alta. Novas casas tinham sido construídas e o acesso à eletricidade e à água se estendera a todo o país. Embora grande parte de sua riqueza ainda repousasse em poucas mãos brancas, a classe média negra crescia e a nação se preparava para sediar a Copa do Mundo de futebol.

Se os primeiros 15 anos de democracia foram um sucesso, entretanto, não se pode dizer o mesmo dos últimos 15. E o impacto pode ser visto claramente na praça onde nasceu a África do Sul moderna. A pobreza é galopante, o desemprego, elevado, e há três anos tumultos levaram ao incêndio e saque de lojas. Tudo o que podia ser roubado e vendido foi levado, inclusive as grades metálicas sobre os esgotos. O hotel continua aqui, mas os funcionários admitem que quase não recebe hóspedes. E no monumento onde está guardada a *Carta* a chama da liberdade se apagou há muito tempo.

A África do Sul que se preparava para ir às urnas, 30 anos depois das primeiras eleições democráticas, é uma nação em crise. É o país mais desigual e um dos mais perigosos do mundo. A economia está estagnada, com crescimento quase nulo em uma década e quase metade dos adultos desempregados. Os serviços públicos básicos desmoronam. Em muitas regiões não há água potável e os cortes de energia constantes tornaram-se uma característica habitual.

> A África do Sul é um dos países mais desiguais e perigosos do planeta

No centro de tudo está a corrupção. O que era uma questão menor sob Mandela e seu sucessor, Thabo Mbeki, explodiu quando Jacob Zuma chegou ao poder, em 2009. Quando foi destituído do cargo pelo Congresso Nacional Africano (CNA), em 2018, bilhões de rands haviam sido saqueados do Estado, deixando quase to-

ISTOCKPHOTO E PRESIDÊNCIA DA ÁFRICA DO SUL

Frustração. Ramaphosa, atual presidente, representa um partido manchado pela corrupção e pelo fraco desempenho econômico

dos os órgãos falidos, da companhia aérea nacional à agência que administrava as ferrovias. "A autoridade fiscal foi efetivamente dominada por um sindicato de criminosos", diz Anthony Butler, professor de Política na Universidade da Cidade do Cabo. "Revelou-se muito difícil reconstruir essas instituições."

Um inquérito sobre a "captura do Estado" concluiu que "o CNA sob Zuma permitiu e apoiou a corrupção", embora o ex-presidente negue qualquer atuação direta. Depois dele, o partido tentou virar a página e escolheu como novo presidente um antigo aliado de Mandela, Cyril Ramaphosa. Apesar de admitir que a legenda "cometeu erros", Ramaphosa não conseguiu mudar as coisas para melhor, e hoje é assombrado pelos antigos fantasmas.

Inabalado, Zuma formou seu próprio partido, o uMkhonto weSizwe (MK), nomeado em homenagem à antiga ala paramilitar do CNA, que atraiu apoio, especialmente na província de KwaZulu-Natal. Juntamente com a força de outro partido populista de esquerda, os Combatentes pela Liberdade Econômica (EFF), liderado por Julius Malema, antigo líder da liga juvenil do CNA, as pesquisas de opinião sugerem que o partido de Mandela cairá a seu menor nível de apoio desde 1994 e poderá ficar abaixo de 50%, o que significa que teria de governar como um governo minoritário ou formar uma coalizão.

O tamanho da tarefa de Ramaphosa pode ser visto nas ruas de Alexandra, um dos maiores bairros populares de Johanesburgo e antigo reduto do CNA. "É imundo, densamente povoado e ingovernável", descreve Vusi Khosa, nascido na re-

gião. "É a anarquia. Fazem o que querem."

Segundo Queen Pungula, funcionária de uma creche, a criminalidade a mantém dentro de casa quando o sol se põe. "Às 18 horas não posso mais sair". Pungula vive e trabalha num dos albergues de Alexandra, construído pelo governo do *apartheid* na década de 1970 para alojar migrantes de áreas rurais autorizados a vir para a cidade para trabalhar. Seu albergue é relativamente seguro, mas outros são famosos pela superlotação e pelos crimes.

A moradia ainda é um pesadelo para a maioria da população. Partes de Alexandra têm residências caras com muros altos e gramados bem cuidados, mas do outro lado da rua e na esquina há uma favela – casas de um cômodo em ruínas, feitas de blocos de concreto e ferro corrugado, com esgotos a céu aberto e gente amontoada. Nenhuma casa tem banheiro, por isso, ao longo de uma rua, centenas de banheiros químicos estão alinhados próximos a um muro. "Não temos vasos com descarga", grita um pastor, Charles Mahumani. "Isso é um insulto para nós."

O CNA não terá o voto dele, e também poderá não receber o de Khosa. Ele é filiado ao partido, mas, faz uma pausa e suspira: "Não sei. Não sei".

Khosa não é o único. Na maioria das democracias, um partido no poder há 30 anos e à frente de uma série tão tremenda de crises interligadas enfrentaria um longo período de oposição. Mas o CNA não é apenas um partido político – é um antigo movimento de libertação, e isso faz a diferença. Os sul-africanos têm uma atitude diferente em relação a um movimento que conquistou a liberdade. Para muitos, é uma relação complexa, e a decisão de votar no outro lado é tão emocional quanto racional.

Há um receio entre os apoiadores mais velhos do CNA de que a geração dos seus filhos não tenha consciência de como a vida era ruim sob o *apartheid*, ou de como o CNA foi vital para acabar com o sistema racista. "Eu sei de onde vim", resume Frank Baloyi, professor de 56 anos na praça da liberdade de Kliptown, oficialmente chamada Praça Walter Sisulu. "Eu vim do *apartheid*. Se você é daquela época, você entende. Não havia facilidades. Nós sofremos muito." Ele descreve as falhas do CNA como "pequenos erros" cometidos por "seres humanos". Os jovens "não entendem o que passamos", lamenta.

Essas preocupações estão presentes entre a liderança do CNA. "Estamos apelando aos sul-africanos para que nos deem mais uma chance", diz Snuki Zikalala, presidente da liga de veteranos da legenda e aliado de Mbeki, que retornou à linha de frente da política após o fim de Zuma.

Memória esmaecida. Os jovens não sabem o que era viver sob o *apartheid* nem conhecem a importância revolucionária do CNA

Grandeza. Mandela governou em tempos de esperança e otimismo. Seu legado está agora ameaçado

ADAM JACOBS E ARQUIVO NACIONAL/HOLANDA

Eles não apenas imploram, prometem. O salário mínimo subiu 8,5%, os subsídios sociais aumentaram e neste mês Ramaphosa sancionou uma lei nacional de seguro-saúde. O que não foi dito é como o governo pagará por isso.

Zikalala admite que o partido perdeu o rumo sob Zuma, que "derrubou todo o Estado sul-africano. É por isso que o país está uma bagunça. Andamos cem anos para trás. Era tudo para ele e sua família". Mais parecido a um político da oposição do que a um governista, acrescenta: "Temos tudo neste país. Se conseguirmos uma governança adequada e administrá-lo profissionalmente..."

O CNA ainda governará o país depois das eleições, mas, se as pesquisas estiverem certas, será em uma coalizão. Suas potenciais alianças estão, no entanto, cheias de problemas. Como poderá fazer um acordo com Zuma, que hoje admite abertamente ter cometido um dos maiores escândalos de corrupção oficial em qualquer parte do mundo? Como pode fazer um acordo com o partido EFF de Malema, que quer se apropriar de terras e que, segundo Zikalala, "não acredita no Estado de Direito"?

Dos principais partidos, resta apenas a Aliança Democrática, de centro-direita, que se opõe às despesas sociais do CNA e, mais importante, é visto como dominado por brancos e servil a eles.

> **"Não foi por isso que lutamos", lamenta Bob Nameng, jovem eleitor**

É difícil encontrar otimismo. Mas Butler, autor de uma biografia de Ramaphosa, acredita que o presidente pode ser o nome certo para esta situação. "Ele é um político de consenso, um negociador. É exatamente o líder que você desejaria para um período de governo de coalizão. É o negócio dele." Além disso, acrescenta, "não há mais ninguém. Ele é tudo o que eles têm".

Há outra questão sobre o que acontecerá depois das eleições: para onde irá a raiva se as coisas não melhorarem? Vários cidadãos resmungavam sombriamente sobre os estrangeiros, acusando-os de aceitar empregos e de serem responsáveis pela criminalidade. Os migrantes, predominantemente do país vizinho Zimbábue, podem representar apenas 3% da população, mas a proporção é mais elevada nas cidades mais pobres, mais densamente povoadas e mais infestadas pelo crime. A África do Sul foi atingida por ondas de violência xenófoba nos últimos 16 anos, e alguns partidos adotaram uma posição anti-imigração.

Também há motivos para ter esperança. Ninguém duvida que as eleições serão livres e justas. Ao contrário dos Estados Unidos, não há possibilidade de uma tentativa de golpe se o CNA perder o poder. As instituições, especialmente o sistema judicial, permaneceram independentes e fortes. Existe uma imprensa livre e vibrante. E quando o Estado entrou em colapso, as empresas e a sociedade civil intervieram, fornecendo saúde e educação, prestando serviços sociais, tapando buracos. Apesar de tudo, a África do Sul continua a ser um país de empresas de sucesso, criatividade vibrante e uma indústria turística próspera.

Em Kliptown, nos trilhos que saem da praça, Bob Nameng discorda. Chefe de uma organização juvenil local, aponta a *Carta da Liberdade* e suas proclamações sobre a nova África do Sul. "É uma besteira, uma contradição. Você fala de terra – nós estamos congestionados aqui num pequeno pedaço. Você fala de direitos – não há direitos aqui." Ele não votará no CNA. "Não posso me dar ao luxo de me vender novamente." Em vez disso, apoiará a EFF de Malema. Não que tenha esperança de que algo vá mudar. "Nada está bem em nosso país. Não posso mentir. Não foi por isso que lutamos." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Maquiagem verde

The Observer A imagem de Jeff Bezos como protetor do meio ambiente sofre fortes abalos

POR PATRICK GREENFIELD

Em abril passado, a coroação de Jeff Bezos e sua parceira Lauren Sánchez como os reis do meio ambiente foi concluída. No elegante evento de gala anual da Conservação Internacional em Nova York, com Harrison Ford, Jacinda Ardern e Shailene Woodley na plateia, o casal recebeu o prêmio visionário global pela contribuição financeira do Bezos Earth Fund para o mundo natural. "Jeff e Lauren estão fazendo história, não apenas pelo valor de seu investimento na natureza, mas também por sua rapidez", disse o CEO da Conservação Internacional, M. Sanjayan, cuja organização recebeu uma doação de 20 milhões de dólares do magnata em 2021 por seu trabalho nos Andes tropicais.

Lançado com uma equipe reduzida em fevereiro de 2020, o Bezos Earth Fund pretende doar 10 bilhões de dólares da fortuna pessoal de 200 bilhões do fundador da Amazon para combater a crise climática e a perda de biodiversidade até o fim desta década. Até agora, fez mais de 230 doações no valor de 2 bilhões de dólares, financiando iniciativas que vão de soluções ambientais de IA a energia limpa para comunidades desfavorecidas.

Nesse processo, o Bezos Earth Fund tornou-se uma das vozes mais influentes no setor do clima e da biodiversidade. Seus associados, conselheiros e diretores têm presença de destaque nas negociações internacionais. Suas fileiras incluem o ex-ministro do Meio Ambiente do Reino Unido Zac Goldsmith, a importante ambientalista africana Wanjira Mathai e Paul Bodnar, ex-assessor de Barack Obama. As doações multimilionárias do fundo apoiam dezenas de ONGs e iniciativas importantes.

Mas, no nível privado, no setor do clima e da biodiversidade, o humor em torno do Bezos Earth Fund tornou-se um mal-estar crescente. Pesquisadores, consultores de política climática e integrantes de ONGs expressaram preocupações sobre o nível de influência do fundo sobre instituições ambientais críticas para deter as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, muitas das quais contam agora com o Bezos Earth Fund entre seus maiores financiadores. Alguns não quiseram ser identificados por temerem consequências para seu próprio financiamento. "Vimos milhões de dólares pagos a organizações de conservação e climáticas. Muitas retiraram dinheiro do Bezos Earth Fund, e acho isso muito preocupante. Existe obviamente um risco de conflito de interesses", afirma Holger Hoffmann-Riem, da ONG suíça Go for Impact. "A credibilidade do sistema depende de sua independência."

Ambientalistas temem que a agenda do bilionário se sobreponha à causa ecológica

Um especialista em política climática, sob a condição do anonimato, afirma: "Nos poucos anos desde que começou a distribuir enormes quantias para as mudanças climáticas e a conservação, o Bezos Earth Fund adquiriu influência sobre muitas iniciativas importantes e sobre seus conselhos diretores. Neste ponto, a enorme presença do Bezos Earth Fund no espaço climático e de conservação começa a parecer menos filantrópica e mais uma tentativa de assumir o controle do sistema de governança corporativa para seus próprios interesses e sua agenda".

Stephan Singer, consultor sênior de política energética global da Climate Action Network International, acrescenta: "Organizações filantrópicas como o Bezos Earth Fund são fundamentais para que a sociedade civil em todo o mundo possa financiar intervenções em questões ambientais e climáticas essenciais. Mas existem grandes problemas nas implicações políticas. Os projetos do Fundo Bezos não abordam as questões-chave da crise climática fundamental que enfrentamos, são bons, mas infelizmente cosméticos".

Um porta-voz do Bezos Earth Fund disse não existir conflito de interesses. O fundo, afirmou, levou as acusações a sério, pois os comentários procuram minar sua reputação e a de sua equipe.

Muitos especialistas do mundo da conservação da natureza e do clima dizem que seus temores se concretizaram neste ano, quando uma amarga disputa interna eclodiu na Science Based Targets initiative, uma das organizações de cer-

SEATTLE CITY COUNCIL

tificação climática mais importantes. A SBTi, que recebeu doação de 18 milhões de dólares de Bezos em 2021, é a responsável por avaliar se algumas das empresas líderes mundiais praticam a descarbonização conforme o Acordo de Paris. Em abril, o conselho diretor da SBTi anunciou inesperadamente planos para permitir às empresas cumprirem suas metas climáticas com compensações de carbono do mercado voluntário não regulamentado para emissões indiretas. A medida provocou comoção interna. Funcionários e consultores técnicos disseram não ter sido consultados sobre o anúncio e alertaram que ele poderia abrir a porta para a "lavagem verde". Eles manifestaram receios de que o processo baseado na ciência seja posto de lado em favor de políticas mais favoráveis às companhias com padrões mais frouxos, com grandes poluidores autorizados a comprar compensações em vez de reduzir as emissões. Dezenas de funcionários da SBTi pediram a renúncia do CEO, Luiz Fernando do Amaral, e de integrantes do conselho, incluindo o amigo de Bezos Iván Duque, em uma carta interna.

Desde o anúncio, Amaral lamentou a confusão em torno dos comentários e disse que nenhuma regra foi alterada ainda. Mas a turbulência colocou sob maior escrutínio os esforços de *lobby* do Bezos Earth Fund e de outras organizações pró-mercado de carbono.

Um porta-voz da SBTi disse que a organização lamenta que o anúncio tenha sido "aberto a interpretações errôneas" e que quaisquer alterações seguiriam um processo de consulta padrão. Um mês antes do anúncio do SBTi, o Bezos Earth Fund organizou uma reunião de dois dias em Londres, e na agenda estava o papel das compensações nas reivindicações corporativas. Foram convidadas figuras importantes da indústria de compensações, muitas das quais pressionaram para a SBTi permitir compensações para aumentar a demanda no setor em dificuldades. Uma projeção estima que, se a mudança da SBTi for aprovada, valeria ao menos 19 bilhões de dólares para o mercado de carbono voluntário. Várias fontes levantaram preocupações de que a reunião tivesse influenciado a decisão do conselho. "É difícil não ver uma ligação entre a reunião de Londres e a decisão do conselho da SBTi algumas semanas depois", diz Juliette de Grandpré, do grupo de aconselhamento técnico da organização e especialista em política climática do NewClimate Institute.

Em causa própria. Cientistas acusam o bilionário de influenciar a adoção de regras mais flexíveis da SBTi, uma influente organização de certificação climática

O Bezos Earth Fund contesta veementemente as afirmações e garante não ter participado do anúncio do conselho da SBTi. Andrew Steer, presidente e CEO do fundo do bilionário, afirma que as instituições de definição de padrões ambientais financiadas pela iniciativa tiveram uma liderança marcante e tomaram suas próprias decisões. "São fortes e comprometidas com a transparência, padrões de alta integridade e rigor analítico. Qualquer sugestão de que elas não tomam suas próprias decisões está claramente errada." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

O que está em jogo

AUDIOVISUAL Dois Projetos de Lei voltados a regular os serviços de vídeo sob demanda entram em uma corrida no Congresso

POR ANA PAULA SOUSA

Ao longo deste mês, houve, no Congresso Nacional, uma corrida entre dois Projetos de Lei (PLs) que tratam de um mesmo tema: a regulação dos serviços de vídeo sob demanda no País.

Sob a torcida de boa parte dos produtores independentes e com o aval do Ministério da Cultura (MinC), chegou a ser colocado na pauta da Câmara, em regime de urgência, o PL 8.889/2017, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e com relatoria de André Figueiredo (PDT-CE).

No Senado, com a simpatia das grandes plataformas de *streaming*, o PL 2.331/2022, de autoria do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e transformado no substitutivo de Eduardo Gomes (PL-TO), foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e remetido à Câmara.

Ao saber que o PL da Câmara entraria na Plenária, a Motion Picture Association (MPA), que representa empresas como Disney, Netflix e Paramount, emitiu uma nota endereçada a Arthur Lira, presidente da Câmara, apontando a falta de consenso em torno do texto e listando os riscos da regulação proposta.

Na sequência, o Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaesp) e a Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro) divulgaram uma carta na qual defendiam a construção de uma única lei, que junte os dois PLs e, sobretudo, "atenda os interesses da sociedade civil e dos produtores independentes brasileiros e não da MPA".

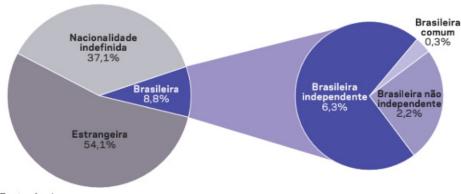
Logo depois, a Associação Brasileira das Produtoras Independentes (API), que congrega empresas menores – e que, em geral, não prestam serviços para as plataformas estrangeiras –, saiu em defesa do PL da Câmara, apontando o *lobby* das "gigantes estrangeiras". "Não somos bilionários, mas somos muitos e defendemos a soberania brasileira, a indústria nacional e o audiovisual independente", afirma o grupo.

Pelo que *CartaCapital* apurou, o Sindicato da Indústria Audiovisual (Sicav), do Rio, também defende a regulação originada na Câmara. Esse texto, além disso, teria o apoio velado da Globo por implicar numa menor tributação sobre o GloboPlay.

Ambos os projetos estruturam o que se pode chamar de tripé da regulação: a visibilidade para as obras brasileiras; o financiamento da produção local; e a questão dos direitos patrimoniais sobre séries e filmes feitos no Brasil.

O primeiro aspecto envolve tanto a proeminência, que significa a garantia de visibilidade para obras brasileiras, quanto as cotas que asseguram uma quantidade mínima de conteúdo brasileiro nos catálogos. O PL da Câmara prevê uma cota de 2% a 20%, escalonada, de acordo com a receita bruta. No outro PL, o teto da cota é de 5%.

O segundo tema, o do financiamento,

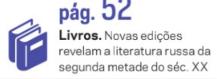
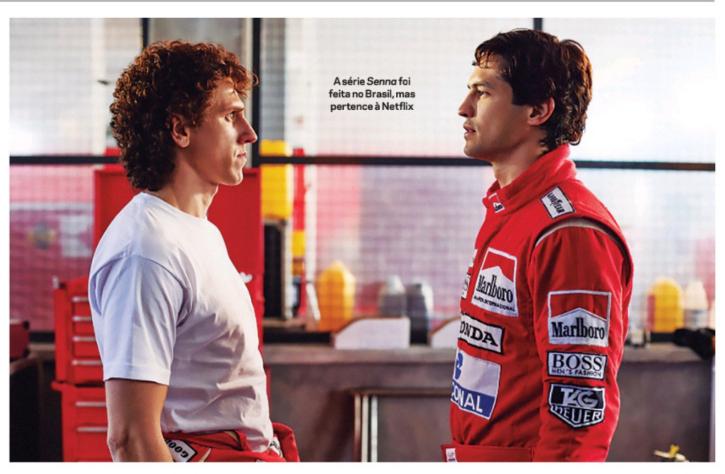
OBRAS BRASILEIRAS SÃO MINORIA ENTRE TÍTULOS OFERTADOS NAS PLATAFORMAS

Fonte: Ancine

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52

Livros. Novas edições revelam a literatura russa da segunda metade do séc. XX

A série *Senna* foi feita no Brasil, mas pertence à Netflix

NETFLIX

passa tanto pela definição da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condecine) a ser paga pelas plataformas quanto pelas possibilidades de investimento direto. No PL do Senado, as plataformas têm maior controle sobre o destino dos investimentos obrigatórios e a Condecine é de 3% sobre o faturamento; no da Câmara, os recursos passam pelo rito do sistema público de fomento e o porcentual é de 6%.

Por fim, tem-se o tema dos direitos, que envolve a titularidade e a propriedade patrimonial. Esse é, talvez, o ponto mais sensível. O PL da Câmara mantém intacto o conceito de "obra brasileira independente", que significa, de forma simplificada, que apenas produções das quais uma empresa brasileira detém a maioria dos direitos cumpre cota ou pode ser beneficiada por incentivos fiscais. O PL do Senado dilui esse conceito. "Isso quebra as bases da nossa política", argumenta Leonardo Edde, do Sicav.

Atualmente, os direitos patrimoniais dos originais das plataformas feitos no País pertencem a essas empresas. É o caso, por exemplo, de *Senna*, da Netflix. A Gullane Entretenimento figura como produtora, e recebeu créditos e dinheiro por isso, mas não poderá explorá-la comercialmente. Um dos objetivos da regulação, do ponto de vista da política pública, é induzir investimentos, por parte das plataformas, que resultem em propriedades patrimoniais de empresas brasileiras.

Ao longo do trâmite na Câmara, o MinC tentou inserir no texto as plataformas de compartilhamento, como TikTok e YouTube, e dar maior especificidade às cotas, para que elas espelhassem as políticas afirmativas e de regionalização. Isso, na visão de certos articuladores, fez com que as negociações andassem algumas casas para trás.

À falta de uma regulação, o que se tem visto, este ano, são os investimentos em originais do *streaming* escassearem e alguns projetos serem cancelados. "Vários países estabeleceram, nos últimos anos, regras de conteúdo e de investimentos. Onde essas empresas vão cortar? Obviamente, nos países onde o investimento não é obrigatório", diz André Sturm, do Siaesp. "Sem lei do vídeo sob demanda, vai acabar a produção das plataformas no Brasil."

O advogado Caio Mariano, que atende várias empresas do setor, é outro que tem presenciado, no dia a dia de seus clientes, esse recuo. "Existe, a meu ver, um desejo, pouco pragmático, de se ganhar essa disputa em todas as frentes. E isso dificilmente vai acontecer, até porque hoje nada passa pelo Congresso sem que se negocie com todas as frentes ali representadas", diz. "Além disso, a produção independente está brigando com empresas como Meta, Google, entre outros *players majors*." •

Sidney Magal em versão morna

CINEMA A comédia romântica musical *Meu Sangue Ferve Por Você* diverte, mas não faz jus à energia transgressora do artista

POR SEBASTIÃO MOURA

"Quando vi o jeito como ele olhou para ela, quis dar para ele." Gargalhando da ideia de sentir-se atraído pelo ator que interpreta ele mesmo, Sidney Magal ilustra a sensibilidade transgressora que atraiu produtores, diretor e elenco de *Meu Sangue Ferve Por Você*, em cartaz a partir da quinta-feira 30.

"Eu não era uma das milhares de meninas que sonhavam casar com o Magal. Eu queria ser ele", comenta a atriz Emanuelle Araújo, que interpreta a sogra do cantor e guarda, da época em que ele era onipresente na TV e no rádio, uma lembrança infantil. "Ele era um símbolo de liberdade pura."

Nos anos 1970, quando estava no topo da carreira, Magal exibia uma sensualidade de amante latino, de forte apelo popular, contrastante com o contexto repressivo da ditadura. E é esse período que o longa-metragem retrata.

"Sou quase uma *drag*", disse o cantor, na entrevista coletiva sobre a cinebiografia, realizada em São Paulo. "Falei para o (ator) Felipe (Bragança): se não soltar o seu lado feminino, não vai funcionar." O receio dele não era infundado.

A performance comportada de Bragança não mobiliza a mesma energia de Sidney Magal e a caracterização do personagem acaba por depender bastante do bom design de produção que emula a estética positivamente brega nos figurinos do artista.

Na entrevista, Paulo Machline, o diretor – que antes fez filmes como *O Filho Eterno* (2016), além de algumas séries – contou que a ideia para o filme surgiu de uma conversa com Magal e sua companheira, Magali West. Na ocasião, a pergunta casual de 'Como vocês se conhe-

Figurinos. Felipe Bragança vive o cantor em seu auge, nos anos 1970

ceram?' levou a uma narrativa de duas horas e meia.

Sua proposta declarada foi evitar o viés enciclopédico que marca parte da leva contemporânea de *biopics* musicais e fechar o foco sobre um recorte específico da vida do biografado, usando as ferramentas de gênero de uma comédia romântica musical.

O potencial considerável da ideia e a tentativa de fazer um filme envolvente, que agrade a um público mais amplo – como era o de Magal décadas atrás – não se traduz no produto final, especialmente para quem não tem uma lembrança do artista em seu auge.

Os seis números musicais realistas são quase todos tímidos e a linha narrativa do romance é canibalizada pelas digressões constantes que o texto faz para verbalizar as peças-chave da narrativa – em vez de dar à audiência a chance de vê-las se desenrolar na trama.

A relação de Magal e Magali (Giovana Cordeiro) é retratada, principalmente, de forma indireta. Nas várias subtramas, aquilo que poderia ser mostrado com eles em tela – a intensidade imediata do desejo, o dilema entre o amor e a fama ou a redenção monogâmica do personagem masculino – é colocado nos diálogos dos personagens secundários.

Alguns deles, como aqueles do núcleo familiar composto pela sogra de Magal e seu tio Renan (Sidney Santiago), que tem um alter-ego, Sandra Pink, funcionam como um bem-humorado alicerce para a narrativa. Mas essas histórias paralelas, ao mesmo tempo que propiciam diversão, afastam o filme de seu eixo central, que é a história de amor do casal de protagonistas. •

GUILHERME SACON E RAFA MORSE

ENSAIO SOBRE A PERDA

A Metade de Nós, em cartaz a partir da quinta-feira 30, acompanha um casal que busca lidar com o suicídio do filho

A Metade de Nós, estreia de Flávio Botelho no longa-metragem, é um filme que procura captar, de modo contido e íntimo, a maneira pela qual um casal sexagenário lida com uma dor dilacerante: a do suicídio de seu único filho.

Nos papéis dos protagonistas, Francisca e Carlos, estão dois atores que contribuem muito para que a trama transcorra sem arroubos: Denise Weinberg e Cacá Amaral.

Ela, com feições endurecidas, está determinada a sofrer em silêncio. Ele, dono de um olhar mais suave, deseja que falem sobre o suicídio. Botelho, no material de divulgação do filme, conta que sua irmã se suicidou, em 2007, e que nasceu dessa experiência seu desejo de falar sobre o tema.

Carlos, ao sair de casa e ir viver no apartamento do filho, fala para o novo vizinho: quem perde pai e mãe, é órfão; quem perde a companheira, é viúvo; e quem perde o filho?

Coincidentemente, saiu agora no Brasil um livro intitulado, justamente, *O Que Não Tem Nome* (DBA, 152 págs., 62,90 reais). Nele, a colombiana Piedad Bonnett se coloca o seguinte desafio: como narrar a morte de um filho?

Botelho escolhe narrar essa morte a partir das duas vidas que restam: a do pai e a da mãe. Essa opção faz com que, mais até do que sobre o fim, *A Metade de Nós* seja sobre os recomeços.
– por Ana Paula Sousa

Rostos. Os atores Cacá Amaral e Denise Weinberg vivem os dois protagonistas

A Rússia depois da Revolução

LIVROS Nos anos recentes, uma leva de novas traduções de obras escritas na segunda metade do século XX mostra a riqueza e a variedade da literatura russa

POR KELVIN FALCÃO KLEIN

Aquilo que entendemos por "Rússia" teve diferentes denominações e desenhos territoriais ao longo dos séculos, mas uma coisa parece constante: a força e a influência da sua literatura nos mais variados contextos e idiomas. Longe de ser um monolito definido pela oposição entre Fiódor Dostoiévski e Lev Tolstói, a literatura russa é feita de uma miríade de nomes e estilos.

No que diz respeito à tradução de obras russas, o contexto brasileiro é muito positivo: nos anos recentes, várias editoras e tradutores colocaram em circulação livros de Mikhail Kuzmin, Ievguêni Zamiátin e Ivan Búnin, entre outros. Acaba de aparecer, pela editora Ars et Vita, com tradução de Maria Vragova, um volume de contos de Andrei Platônov: *Iúchka e Outras Histórias*.

Platônov, nascido em 1899 – mesmo ano de Jorge Luis Borges e Vladimir Nabokov – começou a escrever poemas enquanto trabalhava com o pai, como assistente de maquinista, nos anos posteriores à Revolução de 1917. Os contos da coletânea, escritos entre 1935 e 1946, trazem uma densa mistura de rusticidade e fina observação psicológica, marcando a fase final da produção de Platônov, que morreu em 1951.

As histórias têm crianças e animais, vidas em contato estreito com a natureza, mas também com a pobreza, a violência e a morte. Humildade e misericórdia aparecem lado a lado com crueldade e ignorância.

Iúchka, por exemplo, cuida de uma órfã até ela se formar médica: ele "nunca comeu açúcar para que ela pudesse comê-lo". O pai de Ivan, por outro lado, em *O Dom da Vida*, morre de tísica na prisão, forçando a mãe a trabalhar triturando "pedaços grandes de pedras" com um martelo, "para fazer brita": "A mãe disse a Ivan que por cada pedrinha ela recebia uma migalha de pão ou uma gota de leite, e eles precisariam de muitas migalhas de pão para viver".

O mundo de detalhes construído por Platônov – o menino Afônia comendo crostas de pão com manteiga; o velho carvalho à beira da floresta onde Mítia enterra a mãe – contrasta com obras de seus contemporâneos lançadas nos últimos dois anos no Brasil, como *Dias Malditos* (Carambaia), diário de Ivan Búnin (1870-1953), e *Elos Líricos* (Bazar do Tempo), coletânea de poemas e textos em prosa de Marina Tsvetáieva (1892-1941).

Apesar de ser mais velho, Búnin – primeiro escritor russo a ganhar o Nobel – compartilha a primeira metade do século XX com Platônov e Marina. Em *Dias Malditos*, prodígio de estilo e de registro histórico, o escritor anota o que vê, lê e ouve em Moscou e Odessa entre 1918 e 1919, logo após a tomada do poder pelos bolcheviques: "Abri a janela, vi a rua: a lua baixa, atrás das casas, não há uma alma sequer e está tão silencioso que dá para ouvir um cachorro que, em algum lugar da

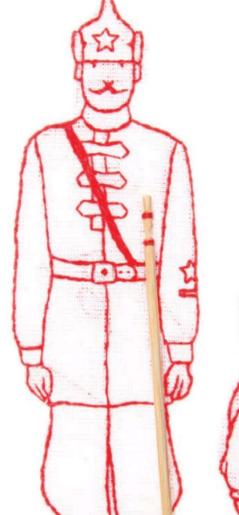
IÚCHKA E OUTRAS HISTÓRIAS

Andrei Platônov. Tradução: Maria Vragova. Ars et Vita (128 págs., 72 reais)

DIAS MALDITOS

Ivan Búnin. Tradução: Marcia Vinha. Carambaia (212 págs., 99,90 reais)

ELOS LÍRICOS

Marina Tsvetáieva. Organização e tradução: Paula Vaz de Almeida. Bazar do Tempo (208 págs., 52 reais)

RICK RODRIGUES

Imaginários. *Iúchka e Outras Histórias*, de Andrei Platônov, acaba de sair no País, ilustrado por Rick Rodrigues

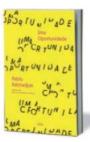
calçada, está roendo um osso – mas *onde é que ele foi arrumar* esse osso?".

O livro de Marina Tsvetáieva começa em 1914, pouco antes do diário de Búnin, e vai até 1936, quando começam os contos de Platônov. Os escritos evidenciam a estatura poética da autora e sua peculiar mescla de poesia com reflexões sobre outros artistas, como Maiakóvski, Anna Akhmátova e Rilke.

Em um dos poemas dedicados a Púchkin, ela escreve: *A superação / Da rotina russa – O gênio de Púchkin?*". Se algo pode ser dito da "rotina russa" é que nela há pouco de previsível, como bem mostram esses três livros tão diversos e tão ricos, pontos de um mapa que – sorte nossa – segue sendo aprimorado. •

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

A questão judaica e seus diálogos com o debate identitário e o extremismo de direita são o substrato no qual se desenvolve **Passeio com o Gigante** (Cia. das Letras, 160 págs., 69,90 reais), nono romance de Michel Laub, nome dos mais importantes da literatura contemporânea brasileira.

"Sempre soube que estava enfeitiçado", diz o inseguro narrador de **Uma Oportunidade** (DBA, 168 págs., 64,90 reais), romance do argentino Pablo Katchdjian. Caberá às bruxas que cruzam seu caminho nos fazer refletir sobre aquilo que nos move a escolher um ou outro caminho.

Analista ambiental, Pablo Casella acompanhou, por anos, o trabalho dos brigadistas que procuram salvar a Chapada Diamantina dos incêndios. **Contra Fogo** (Todavia, **320 págs.,** 79,90 reais) é o relato ficcional dessa experiência e das pessoas que o autor tão bem conheceu.

A natureza e seus sentidos ocultos

The Observer Um livro ganhador do mais importante prêmio científico do Reino Unido revela as habilidades sensoriais de diversos animais

POR PATRICJ BARKHAM

Por que a lula gigante tem olhos do tamanho de uma bola de futebol? Por que mais de 350 espécies de peixes produzem eletricidade? Por que os cães ficam mais bem-humorados depois de duas semanas farejando bastante?

Os mistérios e milagres dos sentidos dos animais são revelados na obra vencedora do prêmio Trivedi para livro científico da Royal Society, a academia científica do Reino Unido, que já deu bolsas e prêmios aos mais ilustres cientistas de diferentes áreas.

Um Mundo Imenso - Como os Sentidos dos Animais Revelam os Reinos Ocultos ao Nosso Redor, de Ed Yong, recém-lançado no Brasil, explora, de forma épica, o entorno particular de criaturas que vão desde percevejos até sapos cantores e que percebem o mundo de maneiras muito diferentes de nós, humanos. A obra funciona também como um apelo a uma maior empatia com outras espécies.

"Nossa maior habilidade sensorial é a capacidade de pensar sobre os mundos sensoriais de outros animais", diz Yong, um jornalista especializado em ciência que, em 2021, ganhou o Prêmio Pulitzer por sua cobertura da pandemia de Covid-19 para a revista *The Atlantic*.

Elogiado pelo presidente do júri da Royal Sociaty de 2023, Alain Goriely, professor de Modelagem Matemática na Universidade de Oxford, por "tornar as complexidades da percepção animal acessíveis e fascinantes", Yong inicia seu "triunfo da narrativa científica" com visitas aos laboratórios de biólogos que, em todo o mundo, se dedicam a estudar a sensorialidade.

Ao mostrar que os sentidos dos animais não são apenas perfeitamente adaptados a seus ambientes, mas podem, inclusive, impulsionar a evolução, os trabalhos desses pesquisadores revelaram mundos ocultos – e fascinantes.

A capacidade dos primatas de ver as

ISTOCKPHOTO

Mundos. O autor revela como o ruído no oceano prejudica a comunicação entre as baleias e o quanto o ato de farejar por duas semanas melhora o humor dos cães

cores vermelhas, muito provavelmente, os ajudou a encontrar frutos comestíveis e folhas tenras da floresta tropical. Mais tarde, no entanto, muitos grandes primatas desenvolveram manchas na pele, que podem adquirir o tom avermelhado, para enviar sinais – geralmente sexuais – uns para os outros.

Já os olhos da lula gigante evoluíram até o ponto de se tornarem grandes o bastante para detectar um de seus maiores inimigos, os cachalotes, nos momentos em que colidem com águas-vivas que emitem lampejos bioluminescentes no oceano escuro.

Ao longo de sua carreira na *The Atlantic,* Yong entrevistou todos os tipos de cientistas. Mas os biólogos sensoriais são seus preferidos.

"Há um número surpreendente de biólogos sensoriais que são neuroatípicos – eles têm algo como daltonismo (não identificam corretamente as cores) ou prosopagnosia (não identificam rostos)", contar o autor. "Essa maneira fora do 'normal' de vivenciar o mundo pode ajudá-los a ter mais empatia com outras criaturas que têm essas experiências. No cerne deste livro, estão coisas como curiosidade e empatia, além da compreensão e valorização dos animais por si mesmos. Esse trabalho é também uma tentativa de fazer com que nos coloquemos no lugar de criaturas que são muito diferentes de nós."

> "Esse trabalho é também uma tentativa de fazer com que nos coloquemos no lugar de criaturas que são muito diferentes de nós."

A pesquisa moldou, por exemplo, a forma como Yong criou o próprio cão de estimação, Typo, um corgi. O autor, a certa altura, soube de um estudo que descobriu que os cães ficam de melhor humor quando recebem, por duas semanas, tarefas de farejar – eles progridem quando podem utilizar plenamente seu poderoso olfato.

Mas *Um Mundo Imenso* não é só sobre animais. O livro também revela que os humanos possuem sentidos mais incríveis do que imaginamos. Nossa visão é boa, embora seja superada pelas de moscas assassinas e aves de rapina; nossa capacidade de detectar fontes sonoras também é respeitável, ainda que muito inferior à das corujas e dos gatos.

E, assim como os animais, podemos desenvolver de forma profunda os nossos sentidos. O autor conhece um estadunidense cego que se movimenta "clicando", usando a ecolocalização – um sistema de sonar, associado a morcegos e golfinhos, que é disparado quando um animal emite uma onda sonora que rebate um objeto, fornecendo informações sobre distância e tamanho.

Narrativa científica. Ed Yong, ganhador do Pulitzer por sua cobertura da pandemia, explica, por exemplo, o que permite que mais de 350 espécies de peixes produzam eletricidade

O livro de Yong carrega uma mensagem importante sobre o quanto a nossa incompreensão dos mundos sensoriais de outros animais é extremamente destrutiva. A poluição sonora e luminosa generalizada em um planeta antropogênico está tendo um impacto cada vez maior nas populações animais.

Estudos demonstraram que as luzes LED são especialmente prejudiciais para morcegos e insetos. Flores iluminadas por luzes fortes recebem 62% menos visitas de insetos polinizadores.

Yong revela ainda que o ruído de baixa frequência nos oceanos aumentou 32 vezes desde a Segunda Guerra Mundial, devido ao transporte marítimo global, prejudicando a capacidade de comunicação das baleias. Os cientistas também demonstraram o impacto negativo do ruído do tráfego sobre morcegos e aves.

"Estes são grandes problemas sociais que exigem grandes soluções sociais", diz o autor. Ele mostra, ao mesmo tempo, que grande parte da poluição sonora e luminosa pode ser melhorada com ajustes simples e práticos. Se trocarmos as luzes LED de tons azuis/brancos para vermelhos, por exemplo, elas se tornarão menos prejudiciais para morcegos e insetos. E foi demonstrado que a redução da velocidade dos navios em apenas 12%, no Mar Mediterrâneo, reduz pela metade o ruído dos motores no mar.

UM MUNDO IMENSO

Ed Yong. Tradução: Christian Schwartz. Todavia (544 págs., 129,90 reais)

"O que há de maravilhoso na poluição sensorial é que essas soluções são possíveis, potencialmente rápidas e eficazes", diz Yong. "Mesmo que parássemos todas as emissões de gases de efeito estufa amanhã, a mudança climática ainda teria um impulso descontrolado, mas a poluição sonora e luminosa simplesmente desaparece se apertarmos um interruptor ou reduzirmos o ronco de um motor."

Compreender melhor como outros animais percebem o mundo também pode resolver problemas ambientais. Foi demonstrado que reproduzir sons de recifes saudáveis sob a água atrai filhotes de peixes de volta a recifes que ficaram desertos após episódios de branqueamento de corais. "Obviamente, para salvar os recifes de coral, temos de pôr fim às alterações climáticas. Mas compreender a vida sensorial de outras criaturas nos dá opções para preservar melhor a natureza", diz Yong.

No entanto, infelizmente, a redução da poluição sonora e luminosa não está nem perto da agenda política.

"É compreensível que não esteja na agenda política, porque não é um problema visceral como uma praia infestada de plástico ou produtos químicos saindo de uma chaminé", admite Yong. "Luz e som não geram o mesmo tipo de repulsa. A luz, especialmente, parece algo totalmente bom – queremos mais luz em nossas vidas; luz é conhecimento, segurança, beleza e bondade. Portanto, apenas aumentar a consciência de que estes são problemas que poderiam ser resolvidos é um primeiro passo importante, e espero que meu livro leve mais pessoas a dá-lo." •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

ISTOCKPHOTO

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

Os deuses do futebol

▶ A vitória do Manchester United na Copa da Inglaterra comprova a validade da máxima de que clássico não tem favorito

A Olimpíada de 2024, em Paris, passa a ganhar espaço na cobertura da mídia e nas conversas sobre o esporte à medida que as decisões dos torneios classificatórios, mundo afora, vão dando concretude às futuras disputas.

Ao mesmo tempo, a passagem das estações vai dando, a cada semana, feições distintas ao Hemisfério Sul e ao Hemisfério Norte.

Fala-se muito, inclusive, na unificação entre o calendário brasileiro e o europeu.

E isso parece cada vez mais perto de acontecer, com o anúncio do Mundial de Clubes 2025, já em fase de classificação entre os 32 clubes de todos os continentes.

O torneio, organizado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), será disputado entre os dias 15 de junho e 13 de julho do ano que vem, nos Estados Unidos.

A nova edição terá um formato diferente.

O torneio será organizado em oito grupos, com quatro times cada, que se enfrentam em turno único. Os dois melhores se classificam para as oitavas de final e haverá mata-mata em jogo único. Não haverá disputa de terceiro lugar.

Pelo Brasil, já estão classificados para participar da disputa Palmeiras, Flamengo e Fluminense.

Neste momento, tanto na Europa quanto aqui entramos na fase de definição das copas – regionais para nós e nacionais para os europeus.

Na França, deu Paris Saint-Germain no campeonato nacional. A partida serviu de despedida para Kylian Mbappé que, ao que tudo indica, está de malas prontas para o Real Madrid.

E o Real Madrid também tem um astro em fase de despedida.

Na final da Champions League, no sábado 1º, contra o Borussia Dortmund, em Wembley, o alemão Toni Kroos, de 34 anos, começará seu processo de saída do futebol profissional, vestindo pela última vez a camisa do time espanhol.

Mas, obviamente, é cedo para sabermos se não irá mesmo “cantar em outra freguesia”.

E por falar em Alemanha, na Copa deles, a Bundesliga, deu mesmo o Bayern Leverkusen.

Acabou, dessa forma, a hegemonia do Bayern de Munique no campeonato alemão – o time vinha de 11 títulos seguidos.

A grande surpresa mesmo veio, porém, da finalíssima da Copa da Inglaterra, com o Manchester United sagrando-se campeão e erguendo a taça.

O time de Erik Ten Hag fez 2 x 1 sobre o Manchester City, em Wembley. O jogo, disputadíssimo, como não poderia deixar de ser, provocou sensações inesperadas.

O retrospecto da campanha dos rivais dava amplo favoritismo ao City, que vinha da conquista do tetra no campeonato inglês. Além disso, o United vinha de um mau momento.

Mas nem mesmo os seguros britânicos conseguiram vencer os “deuses do futebol”.

As apostas eram tão favoráveis aos derrotados que o jogo deixou a impressão de um erro de avaliação por parte da comissão técnica do City, encabeçada pelo extraordinário Pepe Guardiola.

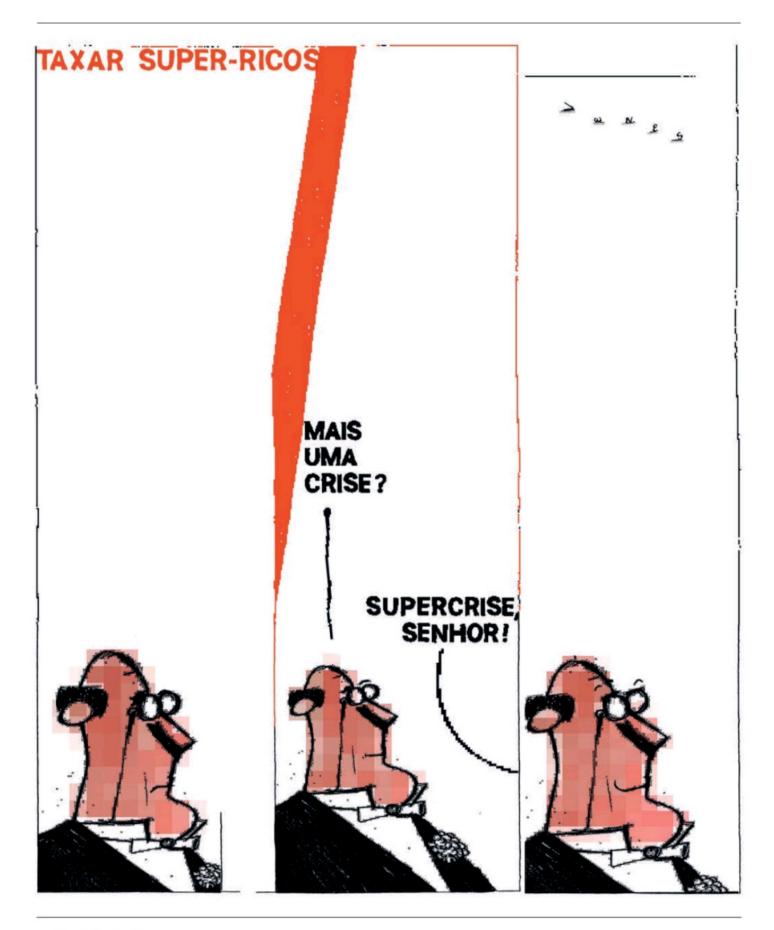
Supondo seguir a lógica evidente da superioridade do seu time e com a característica de manter a posse de bola, a equipe do City deixou o tempo correr e caiu do cavalo, perdendo um título que era dado como certo.

O jogo em si não foi bom durante o primeiro tempo. Chegou até a ter “chutões” para cima, à moda daquilo que, no interior, chamamos “jogo de fazenda”.

Causou estranheza ainda a opção do City por jogadores de estatura elevada, contrariando a orientação comum de Guardiola de privilegiar a técnica. O goleador norueguês Haaland, estrela do time, também pouco apareceu.

Em resumo, comprova-se: mais uma vez valeu a máxima de que “clássico não tem favorito”. •

redacao@cartacapital.com.br

Zebra. O United fez 2 x 1 sobre o Manchester City

BAPTISTÃO E JUSTIN TALLIS/AFP

TAXAR SUPER-RICOS
MAIS UMA CRISE?
SUPERCRISE, SENHOR!

DISQUE SAÚDE 136

VACINAÇÃO CONTRA A PÓLIO

Cuide bem dos nossos futuros campeões.

Chegou a hora de vacinar as ***crianças menores de 5 anos*** contra a paralisia infantil.

A paralisia infantil foi eliminada no Brasil por causa da vacinação, mas isso não significa que o perigo não existe mais. Enquanto a doença existir em outras partes do mundo, ela pode voltar. Por isso, **é preciso vacinar nossas crianças para garantir que a doença não volte.**

Menores de 1 ano devem atualizar a caderneta.
Crianças de 1 a 4 anos devem receber uma dose da vacina.

Pais ou responsáveis, procurem uma Unidade Básica de Saúde.

Saiba mais em
gov.br/vacinacao

Vacinar é bom pra todo mundo.